

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO E LINGUAGEM – PPGCL

LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

LUCIANA DA SILVA ALMEIDA

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

FEVEREIRO - 2018

**LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

LUCIANA DA SILVA ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Crispim França Luquetti

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

FEVEREIRO - 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

**LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

LUCIANA DA SILVA ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Crispim França Luquetti

APROVADA EM: ____/____/____.

Comissão examinadora:

Prof^a. Dr^a. Eliana Crispim França Luquetti (Orientadora – D. Sc. Linguística - UFRJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF)

Prof. Dr. Sérgio Arruda de Moura (D. Sc. Letras – UFRJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF)

Prof^a. Dr^a. Shirlena Campos de Souza Amaral (D. Sc. Ciências Sociais e Jurídicas - UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF)

Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza (D. Sc. Comunicação e Cultura - UFRJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF)

Prof^a. Dr^a. Jaqueline Maria de Almeida (D. Sc. Cognição e Linguagem - UENF)

Dedico este trabalho

a José e Elza, meus pais, que sempre me
incentivaram na busca de meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, meu Senhor, pelo dom da vida e pelas ricas oportunidades de aprender cada dia mais;

À minha família, que sempre me apoiou e incentivou. Nesta caminhada não foi diferente;

Agradeço aos meus pais, José e Elza. Obrigada pelo suporte, incentivo e paciência, obrigada por nunca medirem esforços para me ajudar a chegar até aqui. Pai e Mãe, muito obrigada;

Às minhas irmãs, pela amizade, parceria e pelos melhores presentes que podiam me dar: Julia e Lucas, sobrinhos amados que enchem meus dias de alegria;

Às minhas avós Maria e Elvira e meu avô José (*in memory*), por todos os ensinamentos e por serem minha inspiração;

Agradeço à minha família Batista no Parque São Silvestre, pelas constantes orações e palavras de incentivo. Vocês são bênçãos em minha vida;

Agradeço de forma especial à minha orientadora, Eliana. Obrigada por todas as experiências regadas de “emoções”, que me fizeram crescer. Sua orientação e amizade foram fundamentais para a realização deste trabalho;

Agradeço também aos professores do PPGCL, a todos os amigos e colegas do programa, pois, sem dúvida alguma, fizeram parte não só da minha formação acadêmica, como também contribuíram para minha formação pessoal;

Agradeço, em especial, aos professores Sérgio Arruda, Shirlena Amaral, Carlos Henrique e Jaqueline Almeida, por aceitarem participar da banca avaliadora, contribuindo para o aprimoramento deste trabalho;

À minha irmã acadêmica Rysian e às minhas parceiras, amigas de todas as horas, Géssica, Munike e Tatiane. A amizade de vocês nessa caminhada foi fundamental;

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, muito obrigada!

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar os conhecimentos que vêm sendo produzidos acerca dos Livros Didáticos de alfabetização e letramento. O tema constitui-se como questão relevante de ser investigado, ao analisarmos as grandes lacunas que ainda prevalecem no campo da alfabetização, gerando índices que mostram a ineficácia do ensino (LUQUETTI, CASTELANO, CRISÓSTOMO, 2013). Ainda, diante dessa realidade, é possível perceber que são poucas as pesquisas que possuem como objeto de análise o livro didático de alfabetização e letramento (EMMEL E ARAÚJO, 2012). Diante disso, procuramos responder de que forma os estudos produzidos nos âmbitos acadêmicos têm apresentado as concepções epistemológicas sobre alfabetização e letramento nos livros didáticos. E partimos da hipótese de que muitas são as pesquisas que abrangem as questões que envolvem o livro didático. Entretanto, no que tange os materiais de alfabetização e letramento, poucos são os estudos que se comprometem com o tema. Para a realização deste trabalho, estabelecemos três etapas fundamentais: Levantamento Bibliográfico; Pesquisa Bibliométrica; Análise de dados. A pesquisa Bibliométrica foi realizada com trabalhos publicados nas bases do *Scielo* e *Scopus* e de eventos importantes na área. Como resultado, a pesquisa apontou que pouco se discute sobre a concepção de Alfabetização e Letramento difundida nos Livros Didáticos, além de mostrar que os estudos analisam questões inerentes ao processo de alfabetização e letramento.

Palavras-chave: Livro Didático; Alfabetização; Letramento.

ABSTRACT

The present work had as main objective to analyze the knowledge that has been produced about beginning literacy textbook and literacy. The theme is a relevant issue to be investigated by analyzing the large gaps that still prevail in the field of beginning literacy, generating indexes that show the ineffectiveness of education. (LUQUETTI, CASTELANO, CRISÓSTOMO, 2013) Still, in the face of this reality it is possible to perceive that few researches have as object of analysis the textbook of beginning literacy and literacy (EMMEL E ARAÚJO, 2012). Therefore, we seek to answer how the studies produced in academic circles has presented the epistemological concepts of literacy and literacy in the textbooks. And we start from the hypothesis that many are the researches that cover the questions that involve the textbooks. However, in what concerns the materials of beginning literacy and literacy, few are the studies that commit to the subject. For the accomplishment of this work we established three fundamental stages: Bibliographic Survey; Bibliometric Research; Data analysis. The Bibliometric research will be conducted with published works on the basis of *Scielo* and *Scopus* and important events in the area. As results, the research pointed out that little is discussed about the issue of Textbook Beginning Literacy, besides showing that studies analyze issues related to beginning literacy and literacy process.

Keywords: Textbook; Beginning Literacy; Literacy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CNLD – Conselho Nacional do Livro Didático

EF – Ensino Fundamental

ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INL – Instituto Nacional do Livro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

Núcleo FALE – Núcleo de Formação de Professores, Alfabetização, Linguagem e Ensino

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLMD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

SCIELO – Scientific Eletronic Library

SCOPUS - Elsevier B. V/Scopus

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de trabalhos por base de dados.

Gráfico 2 – Ano das Publicações.

Gráfico 3 – Eixos Temáticos das Publicações.

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 – Principais obras e autores.

Tabela 1 - Formação dos Autores citados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. LIVRO DIDÁTICO: políticas e concepções	21
1.1 A política de implantação do livro didático: breve histórico	21
1.2. A transformação da concepção de alfabetização e os reflexos nas políticas de LDs.....	23
1.2.1. O Livro Didático e o papel do professor no processo de ensino.....	25
1.3. A qualidade dos livros didáticos e as equipes de avaliação.....	26
2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: visões e concepções	31
2.1. Paulo Freire e suas contribuições para a atual concepção de alfabetização ..	31
2.2. Alfabetização e Letramento: alguns conceitos	34
2.3. Alfabetização X Letramento: dois conceitos que se complementam	36
2.4. A concepção da qual partimos	38
3. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E O LIVRO DIDÁTICO	42
3.1. Livro Didático: alfabetização e letramento.....	43
3.2. A Política do Programa Nacional do Livro Didático: 2010 a 2016	45
3.3. PNAIC e os documentos oficiais para a Alfabetização.....	53
4. AS PESQUISAS SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	57
4.1. Caminhos Metodológicos	57
4.2. Critérios para seleção dos trabalhos.....	58
4.3. As pesquisas e produções sobre o Livro didático de Alfabetização e Letramento.....	58

4.4. Os levantamentos teóricos das pesquisas	69
4.4.1. Síntese dos trabalhos selecionados	70
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXOS	89

INTRODUÇÃO

Atribuir significados e concepções no campo da educação ou em qualquer outra esfera da vida está diretamente ligado ao momento histórico e ao contexto social em que se vive.

No que se refere à alfabetização, seu conceito está sujeito às demandas de cada período histórico, de acordo com cada sociedade.

No que tange o livro didático, vimos que ao longo do tempo muitas foram suas atribuições. Atualmente, considerado instrumento - muitas vezes fundamental, de apoio ao trabalho dos professores - o livro didático traz em sua gênese uma perspectiva de precursor da cultura escolar, bem como dos conteúdos e currículos aceitos por um sistema de ensino (ROMANATTO, 2016).

Nessa perspectiva, escolher e utilizar certo material implica em escolher e propagar conceitos e ideologias sociais e culturais aceitos e veiculados de maneira explícita, ou não pelos gestores governamentais.

De acordo com Romanatto (2016), o processo de implementação do Livro Didático acompanhou o processo de democratização do ensino. Se antes era papel do professor preparar e escolher os conteúdos e metodologias a serem trabalhados, por volta de 1930 - quando se começa a pensar na democratização do ensino e no amplo acesso das diversas classes sociais à escola - quem passa a determinar os conteúdos e metodologias de ensino são os livros didáticos.

De acordo com Apple (1995), após a criação do livro didático e sua fixação como elemento fundamental no processo de ensino, o docente vem perdendo seu espaço e função de administrador da atividade de ensino, na medida em que os professores, nessa perspectiva, acabam por seguir um roteiro que já vem pronto e estabelecido.

Considerado, portanto, elemento fundamental, atualmente também das classes de alfabetização, a escolha dos livros didáticos, de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC - influenciarão diretamente na dinâmica pedagógica e na metodologia adotada pelo professor, bem como influenciarão no desenvolvimento e formação dos alunos.

A dependência que os docentes vêm criando sobre o livro didático (LAJOLO, 1996) e a importância desse material nos processos de ensino são questões que vêm suscitando o crescimento de pesquisas sobre esse campo.

De acordo com Emmel e Araújo (2012), é a partir de 1980 que começaram a ser produzidos diversos trabalhos sobre livro didático, entretanto, os autores apontaram que grande parte das pesquisas realizadas no período de 1999 a 2010 investigam os livros utilizados nas classes de ensino fundamental e de ensino médio. Poucas, porém, são as pesquisas que abrangem e focam os materiais que servem às classes de alfabetização e letramento.

Portanto, a temática sobre o Livro Didático de Alfabetização e Letramento constitui-se como uma importante investigativa, se analisarmos as grandes lacunas que ainda prevalecem no campo da alfabetização, gerando índices que mostram a ineficácia do ensino (LUQUETTI, CASTELANO, CRISÓSTOMO, 2013). Ainda diante dessa realidade, é possível perceber que são poucas as pesquisas que possuem como objeto de análise o livro didático de alfabetização e letramento.

Nessa perspectiva, o investimento em estudos que comprovem a eficácia de materiais e metodologias empregados nessa etapa de ensino é fundamental para que haja melhorias e avanços, cooperando para um processo educativo significativo.

• **Questão Problema**

O questionamento que levantamos sobre os livros didáticos de alfabetização e letramento:

- De que forma as pesquisas produzidas no meio acadêmico têm apresentado as concepções epistemológicas sobre alfabetização e letramento nos livros didáticos?

Hipótese

Partimos da seguinte hipótese:

- Muitas são as pesquisas que abrangem as questões que envolvem o livro didático, entretanto, no que tange os materiais de alfabetização e letramento, poucos são os estudos que se comprometem com o tema.

JUSTIFICATIVA

O livro didático é um importante instrumento de propagação da cultura escolar, bem como dos conhecimentos aceitos e privilegiados socialmente. Dessa forma, muitos docentes planejam e realizam suas atividades baseados na programação contida nesses materiais.

No que tange o processo de alfabetização, aprender a ler e a escrever significa tornar-se conhecedor de uma cultura, ao mesmo tempo em que se adquirem habilidades para contribuir para a construção e manutenção da cultura.

Dessa forma, investigar todas as questões que envolvem essa etapa do ensino é de fundamental importância para compreender as dificuldades que figuram todo o processo, apontando novos caminhos para alcançar melhorias.

Estudiosos como Apple (1995), Lajolo (1996), entre outros, vêm alertando sobre o papel que o livro didático vem exercendo sobre os docentes. Para Lajolo (1996), a partir da criação do Programa Nacional do Livro Didático, o professor deixou de ser o principal administrador e condutor do processo de ensino, tornando-se um mero reproduzidor de programas curriculares prontos.

Para o autor, é imprescindível investir nos programas de formação de professores, para que esses tenham condições críticas e teóricas para ressignificar o papel do docente no contexto escolar, pois, para ele

[...] o melhor dos livros didáticos não pode competir com o professor: ele, mais do que qualquer livro, sabe quais aspectos do conhecimento falam mais de perto a seus alunos, que modalidades de exercício e que tipos de atividades respondem mais fundo em sua classe (LAJOLO, 1996, p. 6).

Acreditamos e afirmamos que os livros didáticos são, sim, importantes para complementar as atividades escolares, entretanto, ele não devem ser o principal instrumento condutor do processo, e o professor, no processo formativo, deve construir e adquirir conhecimentos teóricos e metodológicos que o permitam modificar esse cenário.

Nessa perspectiva, justifica-se a importância de desenvolver trabalhos que objetivem investigar as obras didáticas que vêm sendo utilizadas nas classes de alfabetização e letramento. Além disso, compreender de que forma as pesquisas sobre os LDs de alfabetização e letramento vêm sendo realizadas, que evidências e

concepções são levantadas a partir dessas pesquisas, quais são os autores mais utilizados para subsidiar os trabalhos investigativos.

São questões fundamentais que apontam sobre a evolução dos estudos nesse campo e que, portanto, justificam a importância de se desenvolver este trabalho.

Objetivos

Geral:

Apresentar as pesquisas que vêm sendo realizadas sobre os LDs de alfabetização e letramento, apontando as concepções que elas trazem.

Específicos:

- Evidenciar as concepções sobre alfabetização e letramento apresentadas nas pesquisas sobre os LDs;
- Identificar os principais teóricos utilizados nos trabalhos produzidos;
- Analisar e apontar as discussões produzidas pelas pesquisas sobre o Livro Didático de Alfabetização e Letramento.

Metodologia

A pesquisa possui como objetivo explorar os conhecimentos que vêm sendo produzidos acerca dos LDs de alfabetização e letramento. Para tanto, assume-se a abordagem Quali-quantitativa, a fim de obter-se uma compreensão maior dos objetos de pesquisa, pois, para Minayo (1993, p. 247),

[...] a relação entre quantitativo e qualitativo (...) não pode ser pensada como oposição contraditória (...) é de se desejar que as relações sócias possam ser analisadas em seus aspectos mais 'concretos' e aprofundados em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.

Com o intuito de alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, o trabalho foi desenvolvido em quatro etapas: Levantamento Bibliográfico; Pesquisa Bibliométrica; Entrevistas; Análise de dados.

Na primeira etapa, foram buscadas fontes teóricas, artigos, periódicos e autores que trabalham os conhecimentos e teorias produzidas sobre o objeto pesquisado.

No segundo momento, valer-nos-emos da pesquisa Bibliométrica, para executar a análise dos estudos e materiais que vêm sendo produzidos a respeito dos materiais didáticos de alfabetização. Essa pesquisa foi realizada em 11 etapas básicas.

Todas as etapas são importantes para um agrupamento mais preciso dos trabalhos, bem como para uma melhor análise de resultados. Nessa etapa, foram selecionados trabalhos indexados nas bases do Scielo, produzidos durante o ano de 2010 a 2016, e a apreciação desses trabalhos foi realizada a partir da análise dos resumos, palavras-chave e conclusões.

Por fim, fizemos a análise de todos os dados levantados, apontando o que vem sendo produzido sobre esses materiais, bem como os autores mais utilizados nesses trabalhos.

A pesquisa Bibliométrica foi realizada com trabalhos publicados nas bases da SCOPUS e SCIELO e de eventos importantes como: ABRALIN, ANPED, ENDIPE e Núcleo FALE.

Dessa forma, apresentamos este trabalho organizado em quatro seções, das quais três apresentam o referencial teórico, um apresentando os dados coletados, bem como as análises realizadas, além de introdução e conclusão.

Na primeira seção, traçamos um breve histórico do desenvolvimento da política de Livro Didático no Brasil, evidenciando o livro didático de alfabetização e letramento, apresentando de que forma essa proposta se desenvolveu no campo educacional e quais suas implicações na atividade docente.

Na segunda seção, fazemos uma reflexão sobre a Alfabetização e Letramento, evidenciando as concepções de Alfabetização debatidas por Paulo Freire, até as discussões sobre Alfabetização e Letramento numa perspectiva social, levantadas por Magda Soares.

Na terceira seção, apresentamos a importância do Livro Didático de Alfabetização e Letramento, bem como orientações do PNLN para a escolha, aquisição e utilização dos LDs para o primeiro ano do Ensino Fundamental.

Na quarta seção, apresentamos os caminhos metodológicos da pesquisa e seus desdobramentos, apontando as concepções de alfabetização e letramento e as produções acadêmicas acerca do LD do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Por fim, tecemos algumas conclusões com base nas reflexões teóricas e dos resultados alcançados a partir desse trabalho.

1. LIVRO DIDÁTICO: políticas e concepções

O Livro Didático é um material escolar de caráter pedagógico criado com o objetivo de complementar a atuação do professor. Ele é um recurso utilizado para divulgação da cultura escolar social e politicamente privilegiados. Em muitas famílias, o LD é o primeiro recurso que possibilita o acesso a textos literários, contribuindo para a formação do leitor.

Criado na perspectiva de complementar a ação pedagógica do professor, o livro didático traz consigo uma gama de concepções firmadas como importantes de serem perpassadas para as novas gerações, as culturas e conhecimentos instituídos pela sociedade de forma didática.

Seu conteúdo está diretamente ligado ao currículo escolar, às habilidades e conhecimentos que são privilegiados e considerados imprescindíveis na consolidação de cada sociedade, bem como os interesses políticos e ideológicos que regem e governam as instituições educacionais.

Dessa forma, é possível observar que a manutenção de um programa educacional e de distribuição de materiais didáticos é sustentada pelos interesses políticos e projetos de educação alimentados por cada novo governo.

Para chegarmos às atuais políticas acerca do Livro Didático que temos hoje, muitas discussões foram necessárias. O projeto que se propõe a gerir essas políticas passou por inúmeras mudanças até chegar ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD - tal qual conhecemos.

Entretanto, pensar numa política de implantação do livro didático requer pensar também nos movimentos que permitiram a universalização e democratização do ensino.

Essa será a discussão levantada nesta seção: a oferta de livros didáticos atrelada à universalização e democratização do ensino público no Brasil.

1.1 A política de implantação do livro didático: breve histórico

A discussão sobre a implementação de um programa sobre o livro didático nas escolas públicas de educação básica não pode ser feita sem uma breve reflexão sobre o processo de democratização da educação básica no país.

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - o primeiro programa criado para implementar obras didáticas para suprir a educação básica e pública no país foi criado em 1929 e denominado Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Segundo o FNDE, o programa que, ao longo do tempo passou por várias transformações e mudanças de projetos e gestão, visou sempre à implantação de políticas de gerenciamento, produção e distribuição de materiais didáticos nas redes públicas de ensino básico.

Entretanto, o livro didático entrou como pauta do governo no ano de 1938, quando foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Seu objetivo era avaliar as obras existentes, bem como possibilitar a produção desses materiais no país (COSTA, 1989).

No que se refere aos livros didáticos de alfabetização na perspectiva do Letramento, esses têm uma entrada consideravelmente tardia nas salas de aula. Surge pela primeira vez como pauta do PNLD em 1997, contudo sua efetivação como política educacional só acontece em 2010, começando a ser utilizado pelos alunos alfabetizando em 2011.

De acordo com Crisóstomo (2013), o material didático passou a fazer parte do processo educativo a partir da Revolução de 1930, junto aos movimentos dos Pioneiros da Educação e da Escola Nova, quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde, objetivando direcionar as questões que envolvessem os processos de ensino público do país.

Segundo o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), começa a pensar em políticas de implementação e distribuição de Livros Didáticos (LD) para classes de ensino fundamental da rede pública.

Ao longo da história, o INL sofreu alterações e aperfeiçoamentos até que, em 1985, deu lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), cuja tarefa firma-se em estabelecer uma política pública de produção e distribuição de materiais didáticos a todos os alunos matriculados no ensino básico da rede pública do país.

A criação do programa possibilitou grande melhoramento no projeto de distribuição, elaboração e manutenção desses materiais. A partir da criação do PNLD, os docentes passam a participar do processo de escolha dos LDs, e se

passou a ter um melhor controle e aproveitamento das obras que antes eram descartadas a cada final de ano.

De acordo com o portal do FNDE, em 1985 o PNLD ampliou o programa de distribuição dos LDs, estabelecendo que a 1ª e 2ª séries devessem fazer parte do projeto. E, em 1997, com maior abrangência de classes a receber os materiais, o programa também passa a beneficiar classes de alfabetização.

Entretanto, somente em 2010 o PNLD investe na confecção de materiais diferenciados para as classes de alfabetização, adotando livros de alfabetização linguística e alfabetização matemática, que passaram a ser utilizados no ano seguinte. E em 2013, essa implementação foi efetivada com a plena distribuição para todas as classes e alunos de turmas regulares de classes de alfabetização.

Após o período de aperfeiçoamento sofrido pelo programa que cuida da confecção desses materiais e sua plena absorção na gestão de planejamento, fiscalização e implantação das obras didáticas nas escolas, surge a necessidade de uma maior fiscalização e controle de qualidade dos LDs que chegam até as escolas.

Nessa perspectiva, os materiais passam por um sistema de avaliação criado pelo MEC em 1996, cuja finalidade está em estabelecer metas e normas que servem de referência na escolha e na contratação de novos LDs.

Dessa forma, para cada seguimento de ensino da educação básica, o Ministério da Educação e Cultura disponibiliza um guia que apontará caminhos para a escolha dos livros didáticos mais adequados a cada realidade de ensino. Obedecendo, portanto, a um ciclo trienal, o MEC distribui novos Guias que servirão de base para a escolha dos novos materiais que devem compor o processo educativo das novas classes que serão organizadas.

1.2. A transformação da concepção de alfabetização e os reflexos nas políticas de LDs

O livro didático entrou como pauta do governo no ano de 1938, quando foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Seu objetivo era avaliar as obras existentes, bem como possibilitar a produção desses materiais no país (COSTA, 1989).

No que se refere aos livros didáticos de alfabetização e letramento, esses têm uma entrada consideravelmente tardia nas salas de aula. Surge pela primeira vez como pauta do PNLD em 1997, entretanto sua efetivação como política educacional só acontece em 2010.

No decorrer dos anos, vários questionamentos rondaram a produção e distribuição dos livros didáticos, como, por exemplo: seus conceitos estão corretos? São adequados? Quais critérios devem ser levados em conta na escolha dos LDs? Qual deve ser o papel do LD no processo de ensino e aprendizagem? Diante disso, muitos acordos, legislação e programas foram criados para responder a tais questionamentos¹.

Em diante, os livros didáticos passam a ser elementos fundamentais nas salas de aula. Os planejamentos e atividades são realizados de acordo com os conteúdos trazidos pelos livros, muitas vezes sem uma prévia seleção ou análise para averiguar se o conteúdo está realmente adequado às classes que o irão receber.

Com a aprovação da Lei 11.274, de 2006, que estabelece a implantação do ensino fundamental de nove anos, determinando que aos seis anos a criança já está apta para ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental – Classe de Alfabetização e letramento - a política de Livro Didático de Alfabetização e letramento também sofre alterações. A partir de 2010, com a efetivação do novo ensino fundamental, o PNLD institui uma nova regra para os LDs dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

As obras passam a ser produzidas em coleções, já que agora a alfabetização passa a ser concebida como um ciclo. Dessa forma, as obras devem ser compostas por três volumes.

Com o objetivo de atender às características da etapa de desenvolvimento das crianças, tanto de seis como de sete anos, o Ministério da Educação optou por reorganizar as coleções didáticas em dois grandes grupos que se complementam: o primeiro grupo, voltado para os dois primeiros anos de escolaridade, reúne as coleções didáticas para as áreas de letramento e alfabetização linguística e letramento e alfabetização matemática; o segundo grupo reúne as coleções didáticas de Língua Portuguesa e de Matemática

¹ Portal do FNDE – www.fnde.gov.br

para os 3º, 4º e 5º anos e as coleções didáticas de Ciências, História e Geografia para os 2º, 3º, 4º e 5º anos (BRASIL, 2010).

No que tange o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, que passa a ser compreendido como o ciclo da Alfabetização e Letramento, os materiais devem dar continuidade ao letramento dos discentes a partir da familiarização dos objetos que permeiam a cultura letrada, bem como apresentar as funções sócias desses objetos do letramento escolar.

De acordo com o PNLD, as coleções, para serem aprovadas, devem objetivar e apresentar em seu conteúdo propostas que propiciem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, numa perspectiva construtivista do letramento.

Através do Manual do Professor, as coleções apresentam também caminhos para que os professores desenvolvam sua dinâmica pedagógica a partir dos livros didáticos que chegam às escolas.

Além do Manual do Professor, o PNLD disponibiliza o Guia do livro didático que tem como objetivo direcionar a escolha do LD que mais se adéqua à realidade escolar, bem como mostrar as avaliações de cada obra que foi submetida, passando pela análise do programa.

Com a consolidação da Lei 11.274, de 2006, que culminou nas mudanças no sistema de alfabetização do país, os livros didáticos passam a ser compreendidos como LD de alfabetização e letramento e passam a sofrer um controle de produção, avaliação, aquisição e distribuição, pois é consenso entre estudiosos que o LD tem sido o grande organizador e direcionador dos planejamentos e propostas curriculares (APPLE, 1995 e LAJOLO, 1996).

1.2.1. O Livro Didático e o papel do professor no processo de ensino

De acordo Lajolo (1996), é preciso refletir sobre o papel de coadjuvante que o docente vem assumindo após a implantação do programa de distribuição dos livros didáticos. De acordo com as pesquisas da autora, grande parte dos docentes programa suas atividades de acordo com os conteúdos trazidos pelo livro. Nessa linha, Contreras (2002) discorre sobre a importância de o professor assumir o papel

principal na elaboração de seus planos de estudos, analisando cuidadosamente os conteúdos apresentados pelos livros didáticos, transformando-os e buscando novas fontes e ferramentas para planejar e executar suas aulas sempre que julgar necessário.

De acordo com Apple (1995), após a criação do livro didático e sua fixação como elemento fundamental no processo de ensino, a atividade docente vem perdendo seu espaço e função de administradora da atividade pedagógica, na medida em que os professores, nessa perspectiva, acabam por seguir um roteiro que já vem pronto e estabelecido.

Pimenta (2002), porém, defende que o professor em processo de formação no ambiente acadêmico deve desenvolver competências, conceitos e teorias sobre o processo de ensino que o permitirá analisar mais crítica e aprofundadamente sobre os conhecimentos e programas apresentados pelo livro didático, que o permitirão inovar e buscar novas fontes de saberes e aportes para a realização dos processos educativos.

Considerado, portanto, elemento fundamental, atualmente também das classes de alfabetização, a escolha dos livros didáticos, de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC - influenciará diretamente na dinâmica pedagógica e na metodologia adotada pelo professor, bem como no desenvolvimento e formação dos alunos.

A dependência que os docentes vêm criando sobre o livro didático (LAJOLO, 1996) e a importância desse material nos processos de ensino são questões que vêm suscitando o crescimento de pesquisas sobre esse campo.

1.3. A qualidade dos livros didáticos e as equipes de avaliação

Com os principais objetivos firmados em avaliar, adquirir e distribuir gratuitamente livros didáticos de qualidade para a educação básica do ensino público do país, o PNLD foi criado pelo MEC com a função de gerir as políticas que veiculam os materiais didáticos brasileiros.

Essa aquisição e distribuição são realizadas através de recursos capitados pelo FNDE, órgão vinculado ao governo federal, cujo objetivo primordial constitui-se

em arrecadar recursos a fim de investir em projetos que subsidiem melhorias para o Ensino Fundamental.

No que tange a qualidade dos materiais que são adquiridos e distribuídos para as escolas públicas, de acordo com Batista (2001), essa é uma recente preocupação do Ministério da Educação. De acordo com o autor, essa prerrogativa data de 1995, quando o MEC passa a promover, efetivamente, ações com a finalidade de avaliar continuamente esses materiais.

Até então, o envolvimento do MEC com o livro didático vinha se limitando, por meio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) - executor do Programa Nacional do Livro Didático até a extinção do órgão, em 1997 - à aquisição e à distribuição gratuita dos livros didáticos escolhidos pelos professores e encaminhados às escolas. Embora a compra desses livros sempre envolvesse volumes e cifras de grande monta (o governo comprou em 1996, por exemplo, cerca de 80 milhões de livros didáticos, segundo o FNDE), em nenhum momento o Ministério vinha se propondo, direta e sistematicamente, a discutir a qualidade e a correção dos livros que adquiria e que buscava fazer chegar às mãos dos alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental (BATISTA, 2001, p. 11).

Essa falta de compromisso do Ministério da Educação em avaliar a qualidade dos livros didáticos adotados e distribuídos gerou inúmeros estudos e denúncias que mostravam as inconsistências e inadequações desses materiais. Batista (2001) afirma ainda que parte dos LDs apresentavam conteúdos que estimulavam preconceitos, erros conceituais e inadequações metodológicas.

A partir dos anos 90, o MEC assume uma nova postura frente à política do livro didático e passa a investir esforços no sentido de promover ações avaliativas para, então, adquirir e distribuir materiais de qualidade, adequados a questões ideológicas e políticas que se direcionam num sentido de uma formação cidadã, crítica e reflexiva.

Para tanto, duas medidas básicas foram adotadas. A primeira diz respeito à formação do professor, que deveria se adequar a fim de promover uma capacitação profissional no sentido de qualificar o docente para avaliar e escolher os livros didáticos cujas características assumissem adequação de conteúdo e metodológica; correção e atenção aos conceitos e informações veiculados; comprometimento com aspectos éticos e legais dos dados difundidos pelo material.

A segunda medida adotada consistiu em criar uma comissão avaliadora, formada por estudiosos e especialistas das universidades federais do país, a fim de elencar critérios básicos para avaliar e pontuar as obras submetidas ao PNLD, estabelecendo objetivos mínimos para ser considerado um livro didático de qualidade.

Batista (2001) ressalta que,

Para isso, o Ministério formou comissões por área de conhecimento, compostas por professores com experiência nos três níveis de ensino, assessoradas pelo CENPEC e coordenadas pela Secretaria de Educação Fundamental. Essas comissões tiveram por incumbência a formulação de critérios de avaliação, sua discussão com os editores e autores e o desenvolvimento do processo de avaliação propriamente dito. De acordo com os critérios então estabelecidos, só poderiam ser analisados aqueles livros não-consumíveis (exceto os dirigidos à 1ª série), com qualidades editoriais e gráficas, que não se destinassem, ao mesmo tempo, a mais de uma disciplina ou série do ensino fundamental e que não exigissem a compra de outros volumes ou satélites, como cartazes, cadernos de atividades ou de jogos, etc (BATISTA, 2001, p. 13).

O autor destaca ainda que as primeiras avaliações realizadas pela comissão de especialistas apontaram que muitos dos materiais que eram utilizados nas escolas, escolhidos inclusive pelos próprios professores, possuíam uma série de inadequações, tanto metodológicas quanto de conteúdos, erros conceituais e editoriais. Entretanto, o autor aponta também que essas questões não foram de imediato solucionadas. As considerações e sugestões da comissão só começaram a ser seguidas a partir de 1995, quando o PNLD tem sua política de distribuição de livros didáticos ampliada.

A partir dessa comissão, foram estabelecidos critérios que se perpetuam até hoje no que tange a avaliação e pareceres emitidos pelos especialistas a editores e autores de livros didáticos.

Embora parte significativa dos critérios para essa avaliação decorresse das especificidades das áreas de conhecimento a que os livros didáticos se destinam, definiram-se, como *critérios comuns de análise*, a adequação didática e pedagógica, a qualidade editorial e gráfica, a pertinência do manual do professor para uma correta utilização do livro didático e para a atualização do docente. Definiu-se, ainda, então, como *critérios eliminatórios*, que os livros:

não poderiam expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação; não poderiam induzir ao erro ou conter erros graves relativos ao conteúdo da área, como, por exemplo, erros conceituais (BATISTA, 2001, p. 13).

A partir dos tópicos levantados pelos especialistas da comissão avaliadora, foram elaborados e enviados pareceres para os editores e autores das obras, que consistiam em: excluídos; não recomendado; recomendado com ressalvas; e recomendado. Junto ao parecer, a comissão apresentava os argumentos cabíveis para tal avaliação, apresentando as sugestões para melhorias e adequação para cada material.

Após a divulgação das avaliações realizadas pela comissão de especialistas e a emissão dos pareceres, o PNLD, pela primeira vez, em 1996, elabora um guia para auxiliar os docentes e a comunidade escolar na escolha da obra mais adequada a cada realidade. O Guia do Livro Didático apresenta, em sua composição, os objetivos a serem alcançados em cada etapa de ensino, bem como as habilidades que devem ser desenvolvidas a partir desses objetivos. Além disso, o material apresenta uma resenha de cada livro didático aprovado para distribuição nas escolas, ressaltando os pontos positivos e negativos, além de apontar para o professor as questões, no que tange os conteúdos, que devem ser complementadas com auxílio de outros materiais e pesquisas.

Essas questões, ao longo do tempo, foram se aprimorando, entretanto, permanecem ainda hoje, no sentido de avaliar e adquirir materiais comprometidos com a qualidade de seus conteúdos e do desenvolvimento da educação.

A despeito das conquistas alcançadas pelo Programa, o Governo Federal, em 2017, sinalizou mudanças significativas no PNLD que passa a ser PNLMD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático. A proposta agora é de que o programa, além de avaliar e obter livros didáticos, passe também a adquirir e distribuir obras literárias para as escolas (MEC, 2017).

Outra mudança significativa diz respeito às instituições beneficiadas pelo programa, que a partir do Decreto nº 9.098, de 18 de julho de 2017, passa a beneficiar também instituições comunitárias, confessionais, filantrópicas associadas ao Governo.

Além disso, no que tange a comissão especialista para avaliação das obras didáticas fornecidas às escolas, essa também sofrerá mudanças. De acordo com o

inciso III e IV do art.12 do Decreto, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação deverão indicar membros para integrarem a comissão técnica.

Esses membros poderão ser professores da rede básica de ensino, do ensino superior, público ou privado, cuja formação mínima exigida é mestrado. Essa comissão será coordenada pelo MEC, que antes não interferia na avaliação, nem nos trabalhos desenvolvidos pelos pareceristas. Contudo, as comissões deixarão de ser compostas por especialistas e pesquisadores da área, para serem compostas por indicações das secretarias de educação.

As mudanças estabelecidas pelo Decreto passarão a valer para o edital do PNLMD de 2019. Apesar disso, especialistas demonstram preocupação no que tange os recursos que serão destinados para o desenvolvimento do Programa, a partir das modificações propostas, bem como das equipes que farão parte desse processo avaliativo e da qualidade das novas obras que serão selecionadas para compor os processos formativos do ensino básico brasileiro.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: visões e concepções

Reconhecida como parte fundamental do processo de escolarização, a alfabetização consiste no aprendizado e aquisição das capacidades de ler, interpretar e produzir textos. Espera-se que nessa etapa do ensino o discente obtenha um maior domínio dos usos e funções de sua Língua Materna.

Entretanto, autores como Freire (2001), Soares (2009) e Tfofi (2010) defendem que, para além das habilidades mecânicas que envolvem o processo de alfabetização, essa fase deve proporcionar o desenvolvimento de habilidades que permitam não apenas codificar e decodificar signos, mas compreender os significados que envolvem esses signos, fazendo o uso desses nos mais variados contextos de interação social de uso da linguagem.

Nessa perspectiva, o termo Alfabetização e Letramento vem ganhando cada vez mais espaços, quando a discussão educacional envolve essa etapa do ensino. Para tanto, nesta seção apontaremos algumas das contribuições de Paulo Freire para a alfabetização que concebemos hoje como letramento. Apresentaremos alguns conceitos, apontando, por fim, a concepção de alfabetização e letramento que adotamos e partimos.

2.1. Paulo Freire e suas contribuições para a atual concepção de alfabetização

Declarado Patrono da Educação Brasileira em 2012 pelo decreto federal 12.612², assinado pela então presidenta Dilma Rousseff, Paulo Freire, educador brasileiro que iniciou sua trajetória em favor de uma alfabetização consciente e crítica em terras nordestinas, foi condecorado mundialmente por sua concepção epistemológica de alfabetização.

Preocupado com as questões que envolviam o grande número de analfabetos no país, seu envolvimento e criação de um método inovador de alfabetização teve início tendo como público alvo trabalhadores agrários nordestinos.

O método criado por Freire se diferencia dos demais por defender uma educação libertadora e emancipadora, que partisse dos interesses dos educandos,

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm

aguçando a curiosidade por compreender mais profundamente a realidade mais próxima, para depois favorecer uma formação mais ampla, consciente e crítica. Nessa perspectiva, sua prática enquanto educador foi marcada por uma postura político-pedagógica ao passo em que defendia a ação do professor como essencialmente social e política.

Política porque, defensor da democracia, apontava que uma das essências de ensinar está na concepção de uma educação que seja capaz de libertar e transformar. Transformar o cenário social como espaço igualmente de todos e capaz de modificar uma ideologia política opressora e dominante.

Minha presença de professor não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma *omissão*, mas um sujeito de *opções*. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar a verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho (FREIRE, 1996, p. 110).

Portanto, a alfabetização torna-se essencialmente política na medida em que deve buscar caminhos contrários a uma formação mecânica e opressora, que caminhe oposta à doutrinação de apenas servir aos interesses de uma classe dominante. É política na medida em que se opõe a uma educação bancária. Dessa forma, a defesa de uma educação essencialmente política está associada à compreensão de que a ação pedagógica não é e não pode ser neutra, mas deve ser transformadora e libertadora.

O professor, nesse sentido, não pode deixar de posicionar-se e de mostrar, em sua atividade, seu posicionamento ideológico, pois, contrário a recentes campanhas para uma escola sem partido, a educação - quando séria e comprometida com a sociedade - não se ocupa apenas com uma formação conteudista, ela, porém, se encarrega também da formação ética, cívica e social.

Por esses motivos, a alfabetização nas concepções freirianas é também essencialmente social. Social porque deve permitir que a leitura transcenda a decodificação de signos e formação de palavras pouco significativas. Deve, antes, permitir a plena compreensão dos significados que permeiam o mundo, bem como a compreensão dos papéis socialmente estabelecidos.

Nessa perspectiva, a ação docente social é também radical, pois,

[...] a alfabetização, como constructo radical, devia radicar-se em um espírito de crítica e num projeto de possibilidade que permitisse às pessoas participarem da compreensão e da transformação de sua sociedade. Como domínio de habilidades específicas e de formas particulares de conhecimento, a alfabetização devia tornar-se uma pré-condição da emancipação social e cultural (FREIRE e MACEDO, 2011, p. 34).

E, desse modo, não há como intervir no mundo estando socialmente excluído, marginalizado. A educação nesse sentido deve proporcionar a integração e o conhecimento de ser parte do contexto social e de que é possível intervir nele e intervir na história.

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas *reprodutora* nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p. 110).

Dessa forma, a alfabetização passa a ser compreendida como essencial direito à cidadania. Ser cidadão, para Freire (2001), significa ter consciência de seus direitos e deveres cívicos e políticos.

Para tanto, a consciência desses direitos e deveres se dá apenas com o acesso a uma educação/alfabetização que permita não apenas decodificar palavras, mas ler, interpretar, conscientizar-se, assumir-se como componente da história e, assim, intervir no mundo (FREIRE; MACEDO, 2011).

Nessa perspectiva, os fundamentos políticos e sociais se cruzam e se complementam na missão de um processo alfabetizador para o pleno exercício da cidadania, do reconhecimento do papel de cada indivíduo na formatação de uma sociedade menos desigual.

Freire, entretanto, não define prazos para que o processo de alfabetização aconteça. Ao contrário, defende esse como um processo infido, que vai sendo construído e ampliado no decorrer da vida do sujeito. Por esse motivo, o professor

também deve lançar-se continuamente na busca pelo aperfeiçoamento de sua prática, pesquisando e transformando o próprio conhecimento.

Nesse sentido, Freire, em sua época, já defendia o que hoje se apresenta como alfabetização e letramento. Compreendendo que esse é um processo contínuo, ininterrupto e que deve proporcionar aos educandos o pleno acesso ao conhecimento da linguagem e seus usos sociais como fator imprescindível para o exercício da cidadania.

O que, portanto, deve ser apreendido e reafirmado durante todo o processo é que a alfabetização para a cidadania deve provocar mudanças e inconformação com os padrões que não privilegiam a todos.

Portanto, para Paulo Freire, a alfabetização é um processo contínuo e constante que, comprometida política e socialmente, deve permitir e incluir cada indivíduo na atividade cidadã. Deve possibilitar a compreensão do mundo pela leitura da palavra que promova e provoque mudanças na medida em que vai se criando e fortalecendo uma consciência crítica e libertadora.

2.2. Alfabetização e Letramento: alguns conceitos

Compreendida como um processo escolar de ensino e aprendizagem da língua materna, bem como de seus usos sociais, a alfabetização e letramento é uma tarefa que demanda esforços, no sentido de construir junto ao aluno sentidos para os signos criados socioculturalmente.

Para Mortatti (2010), assim como para Freire (2011), a alfabetização, por envolver questões que criam condições para que o indivíduo se integre socialmente, é antes de tudo uma ação política, pois

[...] é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. Em sociedades letradas contemporâneas, essa relação tanto impõe a necessidade de inserção/inclusão dos não alfabetizados no mundo público da cultura escrita e nas instâncias públicas de uso da linguagem, quanto demanda a formulação de meios e modos mais eficientes e eficazes para implementar ações, visando concretizar essa inserção/inclusão, a serviço de determinadas urgências políticas, sociais e educacionais (MORTATTI, 2010, p. 329).

Nessa perspectiva, as ações políticas engendradas no sentido de promover programas para o desenvolvimento da educação, trazem em sua gênese questões ideológicas que compõem cada momento histórico/político, traduzindo em ações educacionais às intencionalidades de cada partido, no que tange ao desenvolvimento crítico da população.

Entretanto, ao analisarmos a história, percebemos que - assim como a educação, de uma forma mais abrangente, passou por progressos e rupturas - a história da alfabetização também é marcada por inúmeras progressões e discussões, que, para cada momento histórico, delimitou determinadas concepções de ensino nesse ciclo.

Para Pereira (2012), por volta de 1920, alfabetizar era aprender a decodificar símbolos. Mais tarde, aproximadamente em 1970, ser alfabetizado implicava em conhecer as formas ortográficas das palavras. Tempos depois, em 1980, surgem as cartilhas que traziam como proposta o exercício repetitivo de atividades pouco contextualizadas.

De acordo com a autora (PEREIRA, 2012), na história da alfabetização, para compreender seus sentidos e significados em cada época, há de se compreender que as concepções adotadas são determinadas pelo contexto social, histórico e cultural de cada momento. Nesse sentido, alfabetizar e ser alfabetizado,

Para os gregos, era uma tarefa de grande alcance popular e, na idade Média, aprender a ler e a escrever significava saber o valor fonético das letras do alfabeto em determinada língua, a forma ortográfica das palavras e a interpretação da forma gráfica das letras e suas variações. O autor (Cagliari, 1998) ainda destaca os novos significados da alfabetização com o surgimento das cartilhas que enfatizavam atividades escolares e que privilegiavam o ensino em detrimento da aprendizagem. Apareceram as palavras-chave, as famílias silábicas e geradoras de palavras e os textos elaborados somente com as palavras estudadas (PEREIRA, 2012, p.51).

Sobre os usos e história das cartilhas, que como ação metodológica priorizavam o ensino em detrimento da aprendizagem, esses materiais foram, ao longo do tempo, grandes determinantes nos processos metodológicos adotados

pelos docentes, tornando-se, muitas vezes, decisivos na atribuição de significados ao ensino.

O atual paradigma referente à alfabetização preconiza que o foco do trabalho deve estar no processo de ensino e na aprendizagem, na participação crítica e ativa tanto do professor quanto do aluno. Reconhecendo que, “não basta somente alfabetizar, mas que é preciso viabilizar as pessoas a oportunidade do contato com as diversas práticas sociais de leitura e escrita” (PIRES, LIMA, FERREIRA, 2010, p. 4).

E é, portanto, nessa perspectiva que a concepção atual de letramento e alfabetização vai se consolidando. À medida que se compreende que não basta apenas aprender os sons e a decodificação dos signos, se esses mesmos signos não se preenchem de significados. Há, portanto, a necessidade de se criar caminhos para que a alfabetização, no sentido mais profundo apontado por Freire (2011), seja emancipadora e libertadora. Formadora de cidadãos pensantes e não meros reprodutores.

2.3. Alfabetização X Letramento: dois conceitos que se complementam

É inegável entre os profissionais da educação que a alfabetização é uma das fases de mais profunda importância na vida escolar. Freire (2001) aponta esse processo como essencial para a vida plena em sociedade, tornando-se a alfabetização elemento fundamental para o exercício da cidadania.

Aprender a ler e a escrever significa tornar-se conhecedor de uma cultura, ao mesmo tempo em que se adquirem habilidades para contribuir na construção e manutenção da cultura.

Uma das principais funções da escola, nessa perspectiva, é de preparar cidadãos para um mundo letrado, para lidar com diferentes tipos de textos e contextos de interação linguística.

Ler e escrever, nessa linha, são atividades basilares para que as pessoas possam exercer seus direitos de cidadãos, além de adquirir consciência de seus deveres e, assim, tornarem-se participantes ativos da sociedade a que pertencem.

Entretanto, Soares (1985/2010) chama a atenção para os amplos encargos que o processo de alfabetização tem recebido. Para a autora, a alfabetização é o

processo de aprendizagem de leitura e escrita. Essa habilidade se finda nos processos escolares nos quais o educando deve adquirir as competências de leitura e escrita.

Tem-se tendido, ultimamente, a atribuir um significado demasiado abrangente à alfabetização, considerando-a um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita. É verdade que, de certa forma, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de *aquisição* da língua (oral e escrita) de um processo de *desenvolvimento* da língua (oral e escrita); este último é que, sem dúvida, não se interrompe (SOARES, 2010, p. 15).

Nessa perspectiva é que surge o letramento. O letramento, portanto, seria um processo infido, onde o educando, além de aprender, deve adquirir as competências necessárias para fazer uso dessas habilidades nos mais variados contextos de interação de linguagem. Esse processo é infido pois a linguagem, assim como a cultura e a sociedade, está em processo contínuo de desenvolvimento, portanto, seus usos também sofrem com as mudanças sociais.

Mas, então, é possível afirmar que o atual paradigma dessa etapa de ensino preconiza que a alfabetização esteja atrelada ao letramento? Sim. No entanto, fala-se muito sobre o letramento no sistema de ensino, mas, na verdade, existe pouco esclarecimento por parte dos profissionais da educação sobre o tema. De acordo com Soares (2009), o uso do termo letramento surgiu no vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas na década de 1980.

Soares (2009) foi uma das precursoras dos estudos de letramento no Brasil e explica que foi em meados dos anos 80 que se deu o aparecimento do termo no país.

Já Tfoní (2010) define a alfabetização como processo individual e contínuo de aquisição de uma cultura através da aquisição da prática de leitura e escrita. Para a autora, esse é um processo contínuo, pois

[...] a alfabetização, enquanto processo individual, não se completa nunca, visto que a sociedade está em contínuo processo de mudança, e a atualização individual para acompanhar essas mudanças é constante (TFONI, 2010, p. 17).

Nessa perspectiva, mais do que aquisição de habilidades de leitura e escrita, pode-se compreender a alfabetização como um processo contínuo e individual no qual gradativamente vai-se tecendo significados a respeito da representação da linguagem escrita.

Apesar de defender posições opostas no que tange a alfabetização Soares (2009) e Tfofi (2010) apontam que não basta apenas aprender os significados dos signos, aprender a codificar e decodificar, o mais importante é saber fazer o uso da leitura, escrita e de tecer significações para essas habilidades em diferentes situações sociais que exigem o uso dessas competências.

Dessa forma, o termo letramento não se apresenta como substituto, mas aliado ao conceito de alfabetização, objetivando articular o processo de aquisição da leitura e da escrita com o uso das práticas sociais que as envolvem.

A partir das concepções apresentadas por Tfofi (2010), Soares (2009) e Freire (2001), compreendemos, portanto, letramento como o estado ou a condição que um grupo social ou um indivíduo adquire como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado com base na cultura escrita.

Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 36) apresentam orientações sobre como conduzir esse processo, salientando que

[...] formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto.

Esse novo olhar que tem sido direcionado às classes de alfabetização é marcado por políticas que buscam garantir que a alfabetização de nossos educandos aconteça plenamente.

2.4. A concepção da qual partimos

Muitos são os autores que trabalham com a questão da alfabetização e do letramento. Cada autor assume, portanto, uma abordagem diferenciada. Aqui, porém, escolhemos a concepção apresentada por Freire (2001) e Soares (2009).

Para os autores, a alfabetização e o letramento vão além da aquisição das habilidades de leitura e escrita. Alguém letrado possui essas habilidades e consegue fazer uso delas em diferentes contextos sociais.

De acordo com Soares (2009), o letramento influencia no posicionamento social e político que um indivíduo assume na sociedade, pois,

[...] do ponto de vista social, a introdução da escrita até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, linguística. O “estado” ou a “condição” que o indivíduo ou o grupo social passam a ter sob o impacto dessas mudanças é que é designado por *literacy* (SOARES, 2009, p. 18).

Dessa forma, podemos compreender que, apesar de haver distinção entre alfabetização e letramento, de acordo com a autora, são habilidades complementares uma da outra.

Portanto, a partir das considerações de Soares, podemos compreender a alfabetização como o domínio das habilidades da tecnologia da leitura e da escrita e o letramento como a competência para fazer o uso dessas habilidades em diferentes contextos de interação linguística no âmbito social.

Soares (2004) aponta que, a partir da “invenção” do termo letramento, foi preciso reinventar a alfabetização, repensar caminhos e concepções e lançar novas discussões para tornar a dar sentido a esse processo.

A autora aponta ainda que essa reinvenção surge da necessidade de assumir que o ensino de leitura e escrita não deveria ser apenas uma prática mecanicista de codificar e decodificar signos, mas que o ensino de leitura e escrita deveria abarcar os usos mais amplos da linguagem em diferentes contextos sociais, apontando ainda as funções políticas dos usos desses signos.

Além disso, a autora aponta que essa reinvenção deu-se num contexto mais amplo, em realidades culturais e sociais distintas, ao afirmar que

[...] em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do *letramento* no Brasil, do *illettrisme*, na França, da *literacia*, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquele denominado *alfabetização*, *alphabétisation*. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora a palavra *literacy* já estivesse dicionarizada desde o final do século XIX, foi também nos anos de 1980 que o fenômeno que ela nomeia, distinto daquele que em língua inglesa se conhece

como *Reading instruction, beginning literacy*, tornou-se foco de atenção e de discussão nas áreas da educação e da linguagem, o que se evidencia no grande número de artigos e livros voltados para o tema, publicados, a partir desse momento, nesses países, e se operacionalizou nos vários programas, neles desenvolvidos, de avaliação do nível de competências de leitura e de escrita da população (SOARES, 2004, p. 6).

A partir disso, passa-se a pensar no processo de alfabetização como um processo muito mais amplo. E, como apontado pela autora, nesse mesmo período (final dos anos de 1970), a UNESCO passa a defender a ampliação do termo alfabetização para Alfabetização e Letramento, para uma prática que possibilite o ampliamiento das ações já exercidas nessa etapa de ensino, adotando ações que permitissem ao aluno desenvolver competências mais amplas no que tange o processo de aquisição da língua materna.

Soares (2004) ressalta ainda que, no Brasil, as discussões sobre a alfabetização e a necessidade de reinvenção do ensino, buscando o letramento como uma proposta mais abrangente e complementar à prática alfabetizadora, surge, portanto, durante a discussão do conceito de alfabetização.

Assim, as alterações no conceito de alfabetização nos censos demográficos, ao longo das décadas, permitem identificar uma progressiva extensão desse conceito. A partir do conceito de *alfabetizado*, que vigorou até o Censo de 1940, como aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado como capacidade de escrever o próprio nome; passando pelo conceito de *alfabetizado* como aquele capaz de ler e escrever um bilhete simples, ou seja, capaz de não só saber ler e escrever, mas de já exercer uma prática de leitura e escrita, ainda que bastante trivial, adotado a partir do Censo de 1950; até o momento atual, em que os resultados do Censo têm sido freqüentemente apresentados, sobretudo nos casos das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD), pelo critério de anos de escolarização, em função dos quais se caracteriza o nível de *alfabetização funcional* da população, ficando implícito nesse critério que, após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo terá não só aprendido a ler e escrever, mas também a fazer uso da leitura e da escrita, verifica-se uma progressiva, embora cautelosa, extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita (SOARES, 2004, p. 7).

Nessa perspectiva, a autora mostra que existe uma proximidade grande entre os termos em questão, entretanto, alfabetização não deve ser confundida com o letramento, apesar de estar constantemente um conceito atrelado ao outro. A Alfabetização aqui é tratada como o processo de aquisição e aprendizagem dos sistemas de escrita e de leitura, a compreensão e a decodificação dos signos, ao passo que o Letramento, para além da compreensão e da aquisição dos signos, é a habilidade de fazer o uso desses signos nos diversos contextos de interação social da linguagem.

3. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E O LIVRO DIDÁTICO

Os primeiros materiais didáticos utilizados pelos discentes de classes de alfabetização foram às cartilhas que, muitas vezes, eram elaboradas pelos próprios professores. Nesses materiais predominava o método alfabético, cuja finalidade principal estava em reconhecer e decorar os nomes das letras e, além disso, constituíam-se de atividades de repetição e soletração.

Alguns desses materiais, porém, eram importados de Portugal, pois não existiam indústrias de produção de cartilhas aqui no país. Dessa forma, além das cartilhas preparadas pelos próprios docentes, utilizavam-se também materiais importados para o desenvolvimento das atividades de ensino (Mortatti, 2006).

De acordo com Mortatti (2000), as cartilhas, tão utilizadas e bem vistas durante anos, em 1980 - aproximadamente - com o advento do construtivismo - que por sua vez preconiza que o foco da atividade docente deve estar no processo de ensino e aprendizagem e não nos métodos tradicionais e mecânicos enfatizados nas cartilhas - passam a ser duramente criticadas.

Nessa perspectiva, por volta de 1970, os estudos produzidos por Ferreiro e Teberosky (1985) apontavam que os métodos empregados nas cartilhas não surtiem efeitos positivos no que tange um ensino que preconiza a construção de significados. As cartilhas então passam a ser fortemente criticadas. Surge, através disso, a necessidade de investir em materiais que, de fato, contribuam para uma educação de qualidade e uma alfabetização plena.

Nessa perspectiva é que se constitui a trajetória dos LDs de alfabetização. De acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE - após muitas mudanças nos órgãos de controle e implementação das políticas de aquisição e distribuição de obras e materiais didáticos para as escolas de educação básica e fundamental do país, em 1997 a responsabilidade em gerir integralmente o Programa Nacional do Livro Didático passa definitivamente para o FNDE.

A partir disso, pela primeira vez os materiais didáticos são postos em pauta e o FNDE estabelece uma política de ampliação gradativa para a aquisição e distribuição de materiais didáticos que passarão a atender as classes de alfabetização, bem como as séries seguintes de todo o ensino fundamental.

Entretanto, e apesar disso, muito tempo levou para que de fato os materiais didáticos de alfabetização entrassem no ambiente escolar. De acordo com o portal

do PNDE, a confecção e distribuição de obras didáticas de alfabetização e letramento datam de 2010. O recente programa de distribuição de obras para as classes de alfabetização produziu livros de Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática que começaram a ser utilizados pela primeira vez em 2011.

E, apesar das fortes críticas às atividades repetitivas e mecanicistas contidas nas antigas cartilhas, Mortatti (2000) nos convida a uma análise das novas obras que compõem as atuais classes de alfabetização, cuidando para que as novas propostas presentes nesses materiais não sejam atividades de cartilhas disfarçadas de propostas inovadoras.

Nesta seção, discutiremos sobre a política de implantação do livro didático de Alfabetização e letramento, bem como a legislação que direciona esse processo.

3.1. Livro Didático: alfabetização e letramento

Define-se como Livro didático de Alfabetização todo

[...] material didático impresso, organizado segundo determinada proposta pedagógica, uma progressão claramente definida e uma forma didática adequada às habilidades cognitivas próprias ao ensino e à aprendizagem dos processos de alfabetização e letramento, conhecimentos que se inserem na disciplina curricular de Língua Portuguesa (CEALE, 2014).

De acordo com a definição apresentada pelo CEALE (2014), a organização dos materiais didáticos objetiva a estruturação do ensino para que os alunos possam alcançar e desenvolver as habilidades de leitura e escrita, dominando os usos da linguagem, como propõem as práticas de alfabetização e letramento.

Entretanto, Mortatti (2014) define livro didático como

[...] objeto multifacetado, que se apresenta como gênero textual impresso, "suporte de conteúdo educativo" e "instrumento pedagógico", dirigido (por indicação expressa do autor ou da editora, ou por "financiamento" / "uso" como tal) à utilização nos diferentes níveis e modalidades de ensino (MORTATTI, 2014).

Portanto, para a autora, o que diferencia um manual escolar de um livro de literatura são os objetivos traçados e o direcionamento dado às obras didáticas. Ressalta-se, entretanto, que o livro didático, em muitos casos, constitui-se como o único material impresso e manuscrito a que muitos alunos e famílias têm acesso. Portanto, seu papel na formação do aluno leitor torna-se igualmente de grande importância.

Além da definição traçada pela autora, Mortatti (2014, p. 201) ainda aponta as funcionalidades desse material em períodos distintos, destacando que

[...] conforme ordem cronológica e em correspondência com os níveis e modalidades de ensino a que se destina(va)m:

- "cartilha para o ensino da leitura" (meados do século XIX a início do século XX); "cartilha de alfabetização" (do início ao final do século XX); e "livro de alfabetização ou letramento" (a partir das décadas finais do século XX);

A colocação de Mortatti (2014) nos mostra que, assim como a história da alfabetização é marcada por significações e ressignificações, o processo histórico dos materiais didáticos também é composto por mudanças e avanços no que tange sua concepção, produção, aquisição e distribuição.

Dessa forma, podemos compreender que a atual proposta que compõe o processo de produção dos LDs de Alfabetização e Letramento possui como objetivo inserir o educando no mundo letrado, apresentando propostas que possibilitem o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita e de usos da linguagem em várias situações e contextos.

De acordo com Batista (2001), as políticas de aquisição e distribuição de Livros Didáticos para o ensino básico público brasileiro, com recursos do governo federal, consolida-se a partir de 1995. É nesse período que o Ministério da Educação e Cultura passa a desenvolver e a executar os objetivos do PNLD.

O Programa Nacional do Livro Didático foi criado com o objetivo de avaliar, adquirir e distribuir livros didáticos para toda a rede de educação básica do país.

Um marco significativo, porém, na história *recente* dessa relação, foi definido pelo Decreto-Lei nº 91.542, de 1985, que estabeleceu e fixou parte das características atuais do PNLD: adoção de livros reutilizáveis (exceto para a 1ª série), escolha do livro pelo conjunto

de professores, sua distribuição gratuita às escolas e sua aquisição com recursos do Governo Federal (BATISTA, 2001, p. 11).

Além de fixar e estabelecer que os docentes também fizessem parte da escolha dos livros didáticos, a lei 91.542 determina também que o Programa passa a ser responsável por verificar a qualidade desses materiais que são adquiridos, apresentando as características dos materiais que são selecionados para distribuição, bem como apontar caminhos para uma adequada utilização desse material por parte dos professores.

No que tange os livros didáticos de alfabetização e letramento, esses têm uma entrada tardia nos programas de distribuição de obras didáticas para o ensino público do país. Sua real efetivação como política pública data de 2010.

A partir de 2010, com a consolidação da Lei 11.274 de 2006, que ampliou o Ensino Fundamental, estabelecendo a alfabetização como parte fundamental dessa etapa do ensino, organizando o processo de alfabetização e letramento em ciclos, o PNLD adota e passa a distribuir livros didáticos de alfabetização e letramento também para as classes de primeiro ano do Ensino Fundamental I, das escolas da rede pública do país.

Considerado um importante recurso pedagógico para o processo de ensino e aprendizagem, o livro didático veicula os conhecimentos e conteúdos que devem proporcionar ao discente em seu processo formativo, as habilidades linguísticas de leitura e escrita que o permitirão comunicar-se socialmente, bem como exercer sua cidadania de forma plena e crítica.

Nessa perspectiva, o PNLD seleciona livros didáticos de alfabetização e letramento que estejam comprometidos com a atualidade dos temas abordados e que sejam coerentes, adequando metodologicamente os conteúdos às classes escolares destinadas, que observem cuidadosamente os conceitos e informações adotados nos materiais didáticos; além de se comprometer com as questões éticas e legais que envolvem a elaboração e produção de um material didático formativo.

3.2. A Política do Programa Nacional do Livro Didático: 2010 a 2016

O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD - é um programa do Governo Federal que administra políticas de avaliação, aquisição e distribuição de Livros Didáticos para as escolas públicas brasileiras.

O PNLD de Alfabetização e Letramento teve sua política de implantação efetivada a partir de 2010, após a consolidação da Lei 11.274 de 2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos, agregando a classe de alfabetização ao EF, tornando essa etapa, que é tão importante na trajetória escolar, uma das fases de obrigatoriedade para a formação escolar básica.

De acordo com Silva (2010),

A ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração tem como objetivos melhorar as condições de equidade e de qualidade da educação básica; estruturar um novo ensino fundamental para que as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade; assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças tenham um tempo mais longo para as aprendizagens da alfabetização e letramento (SILVA, 2010, p. 83).

Nessa via, traça-se um esforço no sentido de obter obras que favoreçam o processo de alfabetização atrelado ao letramento linguístico e matemático, numa perspectiva de ensino construtivista, objetivando inserir a criança num ambiente que proporcione, gradativamente, certa autonomia no que tange sua formação escolar, na medida em que a criança vai progredindo nas etapas de ensino.

Para tanto, os esforços se lançaram na perspectiva de acolher materiais didáticos que

[...] desempenhem nos anos iniciais do novo ensino fundamental uma função diferenciada, a saber, que auxiliem professores e alunos no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva tanto da alfabetização quanto do letramento, em todas as áreas do conhecimento e, mais especialmente, no campo do ensino da língua materna e do ensino de matemática (SILVA, 2010, p. 84).

Portanto, o PNLD de 2010 buscou aprovar obras que, entre outras características, comprometiam-se com atividades que proporcionassem o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e oralidade, entre outras características do letramento escolar (MEC, 2009).

Para avaliação das coleções submetidas ao PNLD de 2010, foram criados cinco critérios básicos e gerais (MEC, 2009), que destacamos a seguir:

- Coerência e adequação metodológicas:

Considera nessa perspectiva que a importância dessa etapa deve ser encarada com seriedade e coerência metodológica para que os objetivos de alfabetização e letramento não se percam, mas se concretizem de forma plena e gradual, destacando que

Ler, escrever, falar e ouvir com compreensão a linguagem usada de acordo com as regras e necessidades socialmente estabelecidas, na diversidade das situações comunicativas, requer a articulação de uma série de capacidades básicas – de natureza discursiva, textual e gramatical – que, não podendo ser aprendidas apenas espontaneamente, precisam ser ensinadas. (MEC, 2009)

Concordando com isso, Ferrarezi Jr (2014) aponta para o desenvolvimento de uma pedagogia que rompa com o antigo modelo tradicional de escola que acredita no silenciamento como fonte de aprendizagem. Ao contrário, aponta para uma metodologia que permita ao aluno a aprender a fazer uso das quatro habilidades comunicativas, também citadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – PCNs (BRASIL, 1997) - que prevê o desenvolvimento do ouvir e falar, bem como do ler e escrever, nas diversas situações e contextos sociais de uso da língua.

- Respeito às especificidades do manual do professor.

O objetivo avaliatório deste item se destina à adequação do Manual do professor, enquanto objeto que deve direcionar e apontar caminhos para que o docente realize o planejamento e as atividades propostas pelo LD de maneira coerente.

Entre outros aspectos, o Manual do professor deve:

- propor formas de articulação entre as propostas e atividades dos livros de Alfabetização e os demais materiais didáticos distribuídos por programas oficiais, como o PNLD Dicionários e o PNBE;
- fornecer subsídios para a atualização e formação do professor, tais como bibliografias básicas, sugestões de leitura suplementar, sugestões de integração com outras disciplinas ou de exploração de temas transversais, dentre outros (MEC, 2009).

Dessa forma, além de propor atividades a serem desenvolvidas de acordo com os objetivos de cada etapa de ensino, as editoras que submetem coleções para a avaliação do PNLD devem também apresentar um Manual do professor, que aponte os caminhos para os adequados usos dos LDs.

- Adequação da estrutura editorial e dos aspectos gráfico-editoriais.

As obras submetidas à análise do PNLD deveriam apresentar organização e um projeto editorial que seja adequando a um LD de Alfabetização e Letramento:

- um projeto editorial que reflita adequadamente a organização geral da obra, inclusive no que diz respeito à funcionalidade do sumário, da intitulação e dos recursos utilizados para evidenciar a delimitação de seções;
- uma mancha gráfica proporcional ao tamanho da página, com tipologia e tamanho de letra, assim como espaço entre linhas, letras e palavras, adequados para o aluno dos dois anos em jogo (MEC, 2009).

Dessa forma, os materiais, além de organização condizente a um Livro Didático, sua organização e composição devem considerar os objetivos de inserção da criança no mundo da leitura e da escrita.

- Correção dos conceitos e informações básicas.

Como instrumento de propagação de uma cultura socialmente estabelecida e prestigiada, o LD tem a missão de transmissor do conhecimento escolar instituído, portanto, ele carrega conceitos e informações importantes para cada disciplina e ano de ensino. Diante disso, as concepções apresentadas pelos LDs devem estar de acordo com os objetivos de Alfabetizar Letrando.

- Observância de preceitos éticos, legais e jurídicos.

Além de precursor da cultura escolar, o livro didático, assim como a própria comunidade escolar, tem o papel de inserir cada aluno no contexto social, ensinando-o não apenas conteúdos, mas o compromisso com a formação do cidadão que valorize o convívio social pautado no respeito e na tolerância.

Além disso, os documentos apresentado pelo MEC (2009) trazem os objetivos e as habilidades que devem ser trabalhadas para o devido desenvolvimento das habilidades comunicativas. O documento, entretanto, dá uma grande ênfase ao

trabalho com a leitura e a escrita, deixando um espaço sutil para o trabalho com a oralidade, porém, não traça objetivo para a quarta habilidade comunicativa, apresentada pelos PCNs (1997) e por Ferrarezi Jr (2014), que é o ouvir.

Para esse ano, fora 20 coleções de Livros Didáticos para o primeiro ciclo da Alfabetização e Letramento (primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental I). Para cada coleção aprovada, o PNLD tece uma resenha, apresentando as características de cada material, pontos fortes, além de questões que precisarão ser trabalhadas a partir de outros materiais e pesquisas que devem ser feitas pelo professor.

Por último, o material do MEC (2009) apresenta um roteiro para avaliação (a ser feita pelo corpo docente de cada unidade escolar), para que cada escola analise, a partir das avaliações e resenhas apresentadas pelo PNLD, qual material mais se adequa a sua realidade escolar e escolha um material que atenda às necessidades de cada comunidade.

Já o PNLD de 2013 começa alertando para a máxima responsabilidade que os anos iniciais do Ensino Fundamental têm na formação escolar de cada aluno. É a partir dessa etapa que as habilidades de leitura e escrita devem se estabelecer, para ir se aprimorando nos anos seguintes. Portanto, a formação recebida nesse seguimento de ensino é fundamental para a permanência e progressão de cada discente no sistema escolar.

Para o trabalho com o Livro Didático de Alfabetização e Letramento para os anos de 2013 a 2015, o PLND determina como objetivos primordiais para o ensino de língua materna, dentre outros, a apropriação da linguagem, oral e escrita, socialmente privilegiada, tendo condição de fazer uso delas nos diversos contextos de interação da linguagem.

Destaca, além disso, a importância do

- [...] desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação linguística e no convívio com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e a valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística;
- [...] domínio das variedades urbanas de prestígio, especialmente em sua modalidade escrita monitorada, mas também nas situações orais públicas e formais em que seu uso é socialmente requerido (MEC, 2012).

Sobre o preconceito linguístico, as variantes utilizadas pelos discentes, Soares (1986) destaca que a escola é totalmente excludente ao escolher privilegiar uma 'cultura' como sendo a principal em detrimento das outras. O que acontece é um processo de 'marginalização cultural' que faz com que o aluno das classes dominadas fracasse, não por ter uma 'deficiência cultural', mas por ter uma cultura diferente, que é discriminada.

No que tange os critérios avaliativos, o PNLD determinou para essa edição, de modo mais abrangente, as formas de abordagem da linguagem em cada coleção, destacando que

[...] as demandas de comunicação linguística inerentes à vida em sociedade, inclusive no que diz respeito ao pleno exercício da cidadania e às recomendações expressas por parâmetros, diretrizes e orientações curriculares oficiais, o ensino de Língua Portuguesa, *nas duas etapas dos anos iniciais do EF* (MEC, 2012).

Nessa perspectiva, a avaliação se deu no intuito de acolher obras que se destinassem ao desenvolvimento amplo da linguagem – oral e escrita – bem como ao conhecimento e domínio da linguagem socialmente privilegiada.

Como critérios mais específicos de avaliação das obras, o MEC (2012), por meio do PNLD, analisou as obras segundo os seguintes critérios: primeiro a natureza dos textos selecionados; e, em segundo lugar, o trabalho com o texto.

No que tange a natureza dos textos selecionados para compor as obras, esses devem

[...] constituir-se como um instrumento eficaz de acesso do aluno ao mundo da escrita. Portanto, é imprescindível que, respeitado o nível de ensino em jogo, a coletânea ofereça ao aprendiz uma amostra o mais possível representativa desse universo. (MEC, 2012)

Para tanto, o trabalho com leitura e textos selecionados para esse fim deve propiciar a inserção do aluno no mundo da leitura, da literatura e não apenas os textos devem ser usados como pretexto de ensino de conteúdos estabelecidos pela grade curricular. Os textos, portanto, devem possibilitar o contato do aluno com os mais diversificados gêneros textuais a fim de possibilitar ao discente uma maior interação possível com os usos da linguagem escrita, nas suas mais diversificadas situações de uso.

Além dessas questões, outros objetos de análise foram o Manual do professor e o Projeto editorial, cujos objetivos não se distinguiram dos estabelecidos anteriormente pelo PNLD de 2010.

Para o ano de 2010, foram vinte e oito livros didáticos aprovados pelo PNLD. A comissão técnica fez as resenhas dessas obras e as disponibilizou para que as escolas escolhessem os materiais mais apropriados para a realidade de seu público alvo.

No que tange o PNLD de 2016, este estabelece os objetivos e critérios de avaliação das obras que foram avaliadas, adquiridas e serão utilizadas no período de 2016 a 2019 pelas classes de alfabetização das escolas públicas brasileiras.

Esse material apresenta parâmetros para a organização do ensino nos primeiros seguimentos do Ensino Fundamental I, as metodologias que são abordadas pelos materiais escolhidos, bem como as propostas pedagógicas de cada coleção e, como de costume, tecem resenhas sobre as coleções aprovadas para distribuição (MEC, 2015).

Para essa edição, o material produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (2015) aponta para uma pedagogia construtivista, colocando o aluno como centro das atividades que deverão ser desenvolvidas nas classes de Alfabetização e Letramento, objetivando o ensino e a aprendizagem da língua materna.

Além disso, o PNLD de 2016 articula seus objetivos aos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, apontando que

Nesse contexto, o letramento e a alfabetização, assim como o domínio da língua materna, têm se revelado como demandas nucleares, o que lhes tem conferido o papel de *eixos orientadores*, tanto das reorganizações curriculares para o primeiro segmento, quanto da formação docente continuada, ou mesmo de avaliações oficiais de rendimento.

Assim, o ensino-aprendizagem de cada um dos componentes curriculares vem sendo abordado, nas orientações oficiais, também do ponto de vista de sua contribuição para a consecução do objetivo central de *inserir a criança, da forma mais qualificada possível, na cultura da escrita* e na organização escolar, garantindo, ainda, *sua plena alfabetização*. (MEC, 2015)

Nessa perspectiva, o material apresentado pelo MEC (2015) se assume na tarefa de promover uma Alfabetização na perspectiva do Letramento Social

(SOARES, 2009), objetivando lançar a criança no mundo da escrita, porém, apresentando os usos e funções sociais da linguagem.

Como princípios gerais de avaliação das obras submetidas ao PNLD de 2016, destacam-se os seguintes

- o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita, especialmente no que diz respeito a demandas básicas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;
- o pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto, às práticas de letramento associadas a diferentes formas de participação social e ao exercício da cidadania (MEC, 2015).

Diante disso, podemos notar uma maior preocupação com as questões sociais dos usos da linguagem, ao perceber que o documento destaca que o trabalho deve contemplar as questões que envolvem a comunicação linguística nos diversificados contextos sociais, apontando, entretanto, o aluno como principal nesse processo.

Com relação aos critérios específicos de avaliação das coleções destinadas ao uso do primeiro seguimento do Ensino Fundamental, destinado a crianças de 6, 7 e 8 anos, estes não se diferenciaram dos critérios estabelecidos pelo programa para os anos de 2013 a 2015.

Para o edital de 2016, 35 coleções foram submetidas para análise do Programa Nacional do Livro Didático, dessas, 21 obras foram aprovadas. Sobre as coleções aprovadas o PNLD apresenta as devidas resenhas, traçando um quadro de como cada obra trabalha os objetivos de alfabetização e letramento, apontando, ao final, caminhos para que as escolas, docentes e equipe pedagógica possam escolher o material que melhor atenda a cada comunidade.

Ao final dessas observações, é possível destacar que, apesar de sutil, o Programa Nacional do Livro Didático vem apresentando avanços significativos que exercem influências diretas nos processos de ensino desenvolvidos nas escolas públicas de nosso país. Pois, como vimos em tópicos anteriores, muitos de nossos professores se planejam e elaboram suas atividades de docência tendo como parâmetro os livros didáticos que chegam às escolas.

3.3. PNAIC e os documentos oficiais para a Alfabetização

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC - é um programa do Governo Federal em parceria com os Governos Estaduais e Municipais, cujo objetivo se firma em promover ações que garantam que a alfabetização aconteça até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental I.

Essas ações firmam-se primordialmente na promoção da formação e capacitação docente continuada, objetivando subsidiar a ação pedagógica do professor alfabetizador, para que esse tenha condições de praticar as políticas desenvolvidas e firmadas pelo Pacto. Nesse sentido,

Para a formação Continuada de Professores Alfabetizadores foram definidos conteúdos que contribuem para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas; e para o conhecimento e o uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo da alfabetização (BRASIL, 2017).

Nessa perspectiva, firma-se um compromisso com a formação docente, compreendendo a necessidade de capacitar aquele que é protagonista no papel de exercitar as políticas educacionais criadas, oferecendo o aporte pedagógico necessário e didatizando as ações governamentais.

Além disso, com o intuito de alcançar o objetivo de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, o PNAIC elencou mais três eixos que - somados ao tópico principal, formação de professores, traçam ações para um esforço de melhorar os rendimentos do ciclo de alfabetização em nível nacional.

O primeiro eixo diz respeito aos Materiais Didáticos e Pedagógicos. Nesse item, inclui-se a política de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos, promovido pelo PNLD, bem como dos manuais de professores que acompanham os LDs e outros materiais complementares, como livros paradidáticos e dicionários de Língua Portuguesa, entre outros materiais pedagógicos, cuja finalidade se institui em contribuir e subsidiar a ação docente no sentido de promover a alfabetização na idade certa.

O segundo eixo diz respeito à Avaliação:

Nos anos de 2013, 2014 e 2016 foi aplicada pelo INEP a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA com o objetivo de aferir os níveis de alfabetização de todos os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja, concluintes do Ciclo de Alfabetização. Os estudantes responderam questões de Matemática, Leitura e Escrita. A aplicação desta avaliação foi prevista desde a instituição do PNAIC, possibilitando às redes de ensino implementar medidas e políticas corretivas (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, a avaliação consiste em aferir a funcionalidade das políticas e ações implementadas no sentido de exercer e planejar melhorias a fim de alcançar a quinta meta do PNE.

Por último, o terceiro eixo do PNAIC diz respeito a políticas de Controle Social e Mobilização, cujo objetivo firmou-se em realizar um acompanhamento mais de perto, dialogando com as instituições municipais para que as ações formativas destinadas aos docentes alfabetizadores chegassem de fato às classes de primeiro ciclo da alfabetização.

Para a

[...] realização do acompanhamento e monitoramento das ações de formação, foi desenvolvido pelo Ministério da Educação um módulo no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), o SISPACTO, que pode ser acessado de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores (internet). Esse módulo foi atualizado para ser utilizado em todas as edições do programa, constituindo importante ferramenta tecnológica, que proporciona agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PNAIC (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, o terceiro eixo institui-se como uma medida de exercer esforços para que as políticas estabelecidas, no que tange a formação docente e criação de programas para o desenvolvimento da alfabetização, saia do papel, da teoria, e atinja as salas de aula.

Diante disso, o PNAIC, além de um pacto, constitui-se como um esforço conjunto entre as três esferas governamentais – Federal, Estadual e Municipal – cuja finalidade maior destina-se ao alcance da 5ª Meta do Plano Nacional de Educação, enfatizando, porém, a formação e capacitação docente.

No que tange ao Plano Nacional de Educação, este se constitui de um documento que traça 20 metas educacionais a serem cumpridas no período de 10 anos, começando em 2014 até 2024, cujas medidas consideram, entre outros objetivos,

Suas 20 metas conferiram ao País um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a Meta 5 do Plano Nacional de Educação diz respeito propriamente a políticas de alfabetização das crianças de seis a oito anos, ou seja, prevê que a alfabetização aconteça no primeiro ciclo, que compreende o primeiro ano do Ensino Fundamental, até o terceiro ano. Nessa perspectiva, o PNAIC surge com o intuito de cumprir os objetivos da quinta Meta do PNE.

Nessa direção, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) é um compromisso formal assumido pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do ensino fundamental. O pacto entende que, aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos (BRASIL, 2014).

Portanto, o tratado consolidado pelo Governo Federal em conjunto com as esferas Estadual e Municipal, firma-se na tarefa de promover políticas e planejamentos, exercidos através do diálogo entre os governos, a fim de promover um melhoramento no índice de desenvolvimento da educação, principalmente no que tange a alfabetização, executando programas de capacitação docente, programas de avaliação e controle de materiais didáticos e paradidáticos, além de

avaliar se as ações promovidas têm garantido e permitido o alcance das metas de desenvolvimento educacional vigente.

4. AS PESQUISAS SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Nesta seção, serão apresentadas as análises dos materiais encontrados na Pesquisa Bibliométrica. A pesquisa foi realizada a partir da seleção de trabalhos indexados nas principais bases de dados nacionais, bem como de bases de eventos específicos voltados para a Educação.

4.1. Caminhos Metodológicos

Para a realização deste trabalho, valer-nos-emos da pesquisa Bibliométrica para executar a análise dos estudos e materiais que vêm sendo produzidos a respeito dos materiais didáticos de alfabetização. Essa pesquisa foi realizada a partir da definição de 9 11 etapas³ básicas, a saber:

- Etapa 1 – Definição dos Termos para as Buscas;
- Etapa 2 – Consulta nas Bases de Dados Científicas;
- Etapa 3 - Exportação dos Registros;
- Etapa 4 - Aplicação de Critérios para Seleção dos Trabalhos;
- Etapa 5 – Leitura dos Resumos e Classificação;
- Etapa 6 – Categorização dos Dados;
- Etapa 7 – Levantamento dos principais referenciais;
- Etapa 8 – Levantamento do período das produções;
- Etapa 9 – Análise dos Dados;
- Etapa 10 – Síntese dos Trabalhos Relevantes;
- Etapa 11 – Elaboração do Resultado Final.

Para tanto, a realização da pesquisa compreende os períodos de 2010 a 2016, sendo constituída por artigos publicados nas bases de dados nacionais da Scientific Electronic Library (SCIELO) e Elsevier B. V/Scopus (SCOPUS), além de artigos indexados em bases de eventos de pesquisas em educação e associação

³ <http://www.poscivil.uff.br/pagina/o-planejamento-de-uma-pesquisa-bibliometrica>

que têm a linguagem e o ensino da língua como objeto de estudo, tais como: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); anais do Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE); Núcleo FALE: Formação de Professores, Alfabetização, Linguagem e Ensino (FALE); e Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN).

As análises foram feitas a partir de trabalhos produzidos no período que compreende os anos de 2010 a 2016. A apreciação desses trabalhos se deu a partir da análise dos resumos, palavras-chave, introdução, resultados e conclusões. Além disso, fizemos um levantamento dos principais teóricos utilizados para subsidiar as discussões levantadas.

Definimos o período que compreende 2010 a 2016 para a realização da pesquisa, pois, de acordo com o FNDE, é a partir de 2010 que o Ministério da Educação e Cultura passa a investir na confecção de Livros Didáticos Voltados para as Classes de Alfabetização, numa perspectiva de alfabetização atrelada ao letramento. Entretanto, esses materiais chegaram às salas de aula em 2011.

4.2. Critérios para seleção dos trabalhos

Os termos definidos para busca dos trabalhos levaram em consideração o referencial teórico e as leituras feitas para construir essa pesquisa. Portanto, constituem-se da seguinte forma e obtivemos os seguintes resultados:

Primeiro Termo: Cartilha de Alfabetização (2);

Segundo Termo: Concepções de Alfabetização e Letramento (5);

Terceiro Termo: Livro Didático de Alfabetização (5);

Quarto Termo: Livro Didático de Alfabetização e Letramento (0);

Quinto Termo: PNLD de Alfabetização e Letramento (4).

4.3. As pesquisas e produções sobre o Livro didático de Alfabetização e Letramento

Escolhemos para a realização deste trabalho seis bases de dados para a realização da pesquisa. Como primeiro critério, escolhemos as bases principais de divulgação científica, que se constituíram pela *SCOPUS* e *SCIELO*. Além dessas fontes, escolhemos também bases de eventos acadêmicos como: *ENDIPE*, Núcleo *FALE*, *ANPED* e *ABRALIN*.

Ao todo, o *corpus* da pesquisa é formado por (11) artigos encontrados nas seis (6) bases pesquisadas, distribuídos da seguinte forma:

Scientific Eletronic Library (*SCIELO*): seis (6) trabalhos;

Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (*ENDIPE*): dois (2) trabalhos encontrados;

Núcleo de Formação de Professores, Alfabetização, Linguagem e Ensino (*Núcleo FALE*): um (1) trabalho encontrado;

Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (*ANPED*): um (1) trabalho encontrado;

Associação Brasileira de Linguística (*ABRALIN*): nenhum registro no período da pesquisa;

Elsevier B. V/Scopus (*SCOPUS*): não foram encontrados trabalhos realizados no período da pesquisa.

Dessa forma, a base que mais apresentou trabalhos e pesquisas sobre o Livro Didático de Alfabetização foi a *SCIELO*.

O percentual de produções fica da seguinte forma:

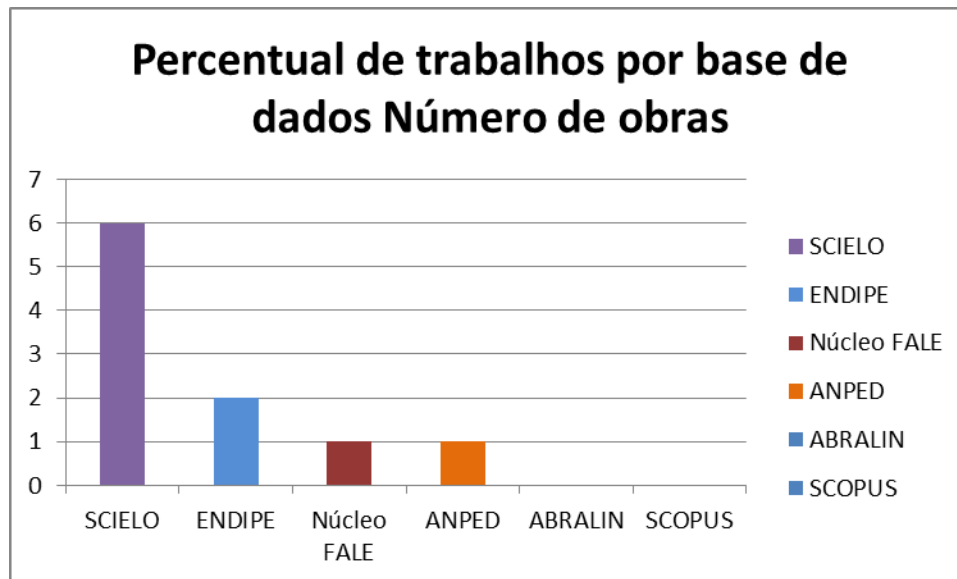


Gráfico 1 - Percentual de Trabalhos por Base de Dados

O primeiro gráfico nos leva a reflexão de que, apesar de se constituir como um tópico de importante investimento e apreciação, a questão do LD de Alfabetização e Letramento, principalmente após a efetiva distribuição do material pelo Ministério da Educação, são poucas as discussões em torno dessa matéria que se propõe a apresentar e discutir a eficácia e funcionalidade desses materiais, no que tange os objetivos de alfabetizar letrando.

Para tanto, pudemos observar que as principais produções de estudos nesse sentido se concentraram nos anos de 2010 (dois mil e dez), com três publicações, e 2015 (dois mil e quinze), com três publicações.

Ficando a divisão de trabalhos produzidos da seguinte forma:

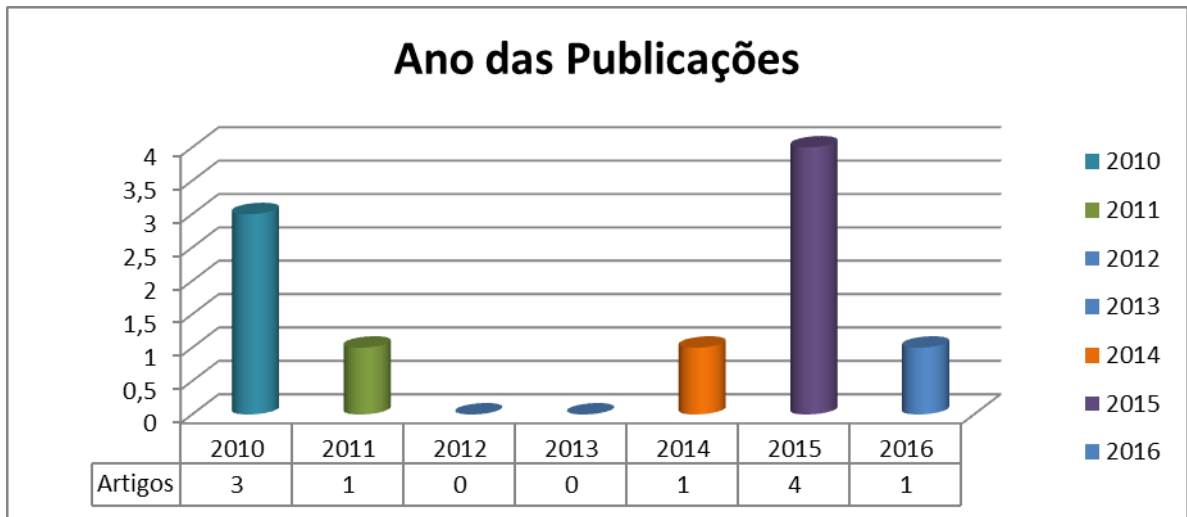


Gráfico 2 - Ano das Publicações

O segundo gráfico nos leva a refletir que no primeiro ano de produção – 2010 – de livros didáticos voltados para as classes de alfabetização e letramento, dos materiais que seriam consumidos pelas escolas, houve certa preocupação em analisar e estudar essas obras, entretanto, essa preocupação não se manteve. Somente em 2015 o número de estudos voltou a ser pouco mais representativo, entretanto, podemos perceber que em 2016, nas bases de dados pesquisadas, apenas um trabalho foi realizado sobre a temática.

Para filtrar melhor os trabalhos angariados para análise, definimos oito eixos temáticos. São eles:

- 1º Programa Nacional de Livro Didático de Alfabetização e Letramento;
- 2º Metodologias veiculadas pelo LD de Alfabetização e Letramento;
- 3º Ensino de Leitura e Escrita através do LD de Alfabetização e Letramento;
- 4º Políticas de aquisição e distribuição dos LDs de Alfabetização e Letramento;
- 5º Literatura e Gêneros Textuais no LD de Alfabetização e Letramento;
- 6º Qualidade dos LDs de Alfabetização e Letramento;
- 7º Critérios de avaliação do PNLD;
- 8º Concepções de Alfabetização e Letramento no LD de Alfabetização e Letramento.

Os materiais coletados e separados por eixo agrupam-se da seguinte forma:

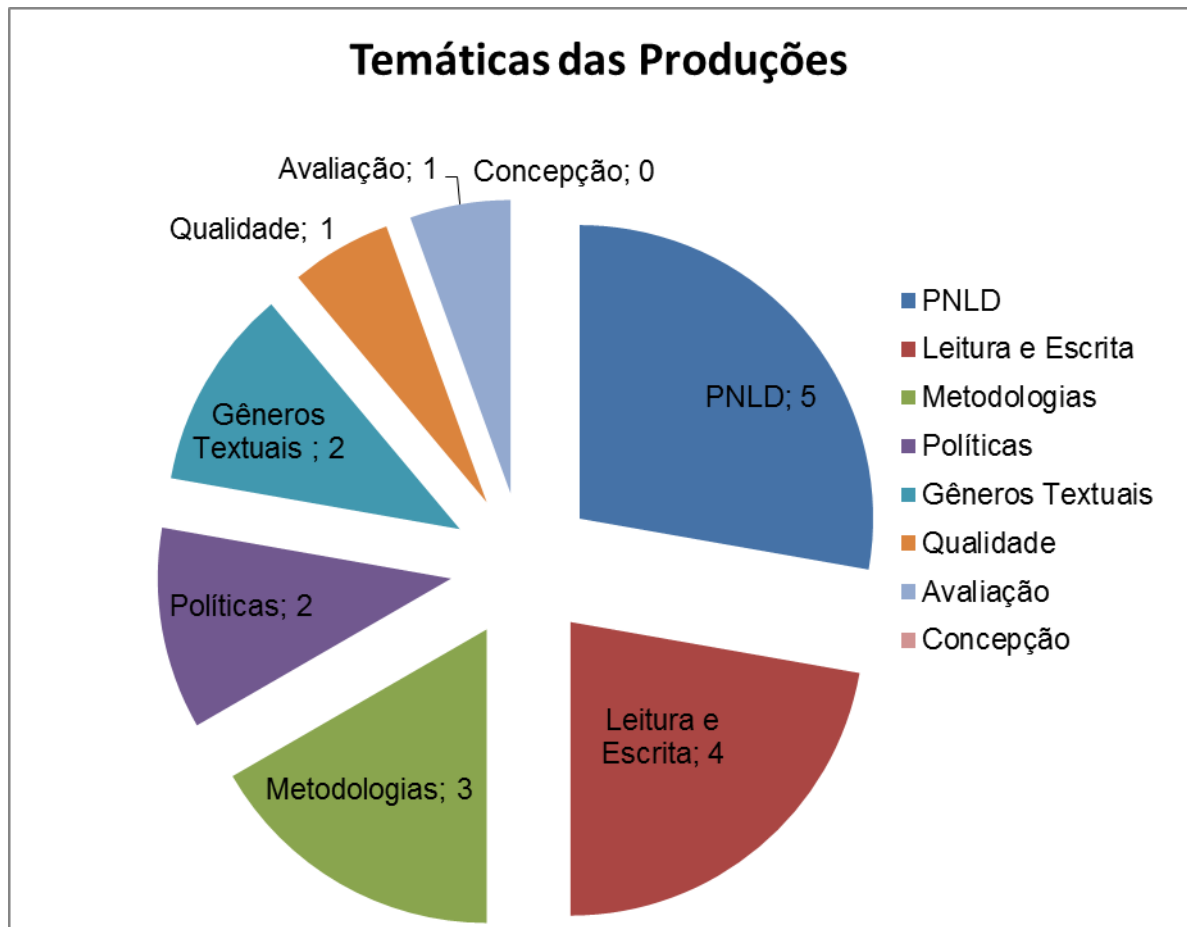


Gráfico 3 - Eixos Temáticos das Produções

Observando os dados levantados, o terceiro gráfico ilustra que a maior parte dos trabalhos são voltados à análise do PNLD de Alfabetização e Letramento e, em segundo lugar, as metodologias de ensino de Leitura e escrita veiculadas pelos LDs de Alfabetização e Letramento.

Apenas um trabalho se propõe a avaliar a qualidade dos Livros Didáticos de Alfabetização e Letramento, bem como apenas um trabalho se propõe a aferir os Critérios de Avaliação utilizados pelo PNLD na escolha e aprovação dos materiais didáticos escolhidos para compor as obras que fazem parte do processo de alfabetização e letramentos das escolas públicas do país.

No que tange as pesquisas voltadas a analisar as propostas de Alfabetização e Letramento, suas concepções através da veiculação do LD, não foram encontrados trabalhos com esse objetivo. As pesquisas produzidas se referem a

questões também relevantes – métodos de alfabetização, formação de leitores, impactos da política do PNLD, tratamento dos gêneros textuais, entre outros – e que compõem o processo em questão, entretanto, nenhum dos trabalhos trata de uma forma ampla e geral das implicações das questões de concepções epistemológicas de Alfabetização e Letramento presentes e veiculadas pelos LDs.

Alguns dos trabalhos discutem mais de um eixo temático, outros, por sua vez, durante uma análise mais crítica, deixaram de compor o *corpus* desta pesquisa. Ao todo, agora, são nove artigos.

Apesar de variados temas e direcionamentos apontados nas pesquisas sobre LD de alfabetização e Letramento, é possível destacar pontos comuns entre elas. Um desses pontos diz respeito ao referencial utilizado para sustentar a argumentação teórica dos trabalhos em questão.

Destacamos a seguir as obras mais utilizadas, bem como os autores mais citados:

PRINCIPAIS OBRAS E AUTORES			
AUTORES	OBRAS	ÁREA DO TRABALHO	NÚMERO DE CITAÇÕES
BATISTA, A.	<ul style="list-style-type: none"> Recomendações para uma política pública de livros didáticos. 2002. A avaliação dos livros didáticos: Para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). 2003. Livros didáticos, controle do currículo, professores: uma introdução. 2004. Livros de alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas. 2004. 	Políticas de Distribuição e controle dos Livros Didáticos.	5

PNLD, 2010.	<ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Livros Didáticos: PNLD 2010 Letramento e Alfabetização/Língua Portuguesa. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2009. 	Programa Nacional do Livro Didático de Alfabetização e Letramento.	7
CASTILHO, A.	<ul style="list-style-type: none"> Guia Momentania para uso dos Professores do Método Portuguez. 1854. Ajuste de Contas com os Adversários do Método Portuguez. 1854. Quadros Alphabeticos de Illuminados para as Escolas de Leitura e Escripta pelo Methodo-Portuguez-Castilho. 1854. Método Castilho para o Ensino Rápido e Aprazível do Ler Impresso, Manuscrito, e Numeração e do Escrever. 1853. 	Métodos de Ensino da Língua Materna.	4
COSTA, M.	<ul style="list-style-type: none"> Novos olhares na pesquisa em educação. 2002. Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 2002. Estudos Culturais, educação e pedagogia. 2003. 		3
FERREIRO, E.	<ul style="list-style-type: none"> Psicogênese da Língua Escrita. 1985. Psicogênese da Língua Escrita. 1986. Reflexões sobre a alfabetização. 1989. Princípio alfabético, letras, 	Métodos de Alfabetização.	3

	consciência fonológica e aprendizagem inicial da linguagem escrita. 2007.		
GROSSI, E.	<ul style="list-style-type: none"> • Didática do Nível Alfabético. 1990. • Didática do Nível Pré-Silábico. 1990. • Didática do Nível Silábico. 1990. 	Métodos e fases da alfabetização.	3
LAJOLO, M.	<ul style="list-style-type: none"> • O texto não é pretexto. 1986. • A formação da leitura no Brasil. 1998. • Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 2007. 	Formação leitora.	3
MORTATTI, M.	<ul style="list-style-type: none"> • Os sentidos da alfabetização. 2000. • História dos métodos de alfabetização. 2011. 	Métodos e história da alfabetização.	3
SOARES, M.	<ul style="list-style-type: none"> • A escolarização da literatura infantil e juvenil. 2001. • Em busca da qualidade em alfabetização: em busca... de quê? A reinvenção da alfabetização. 2003. • Letramento e alfabetização: as múltiplas facetas. 2004. • Livros para a educação infantil: a perspectiva editorial. 2008. • Dicionário Crítico da Educação: letramento/alfabetismo. 1996. • Letramento: um tema em três gêneros. 1998. 	Alfabetização e Letramento social.	7
	<ul style="list-style-type: none"> • Padrões de escolha de livros e seus condicionantes: um estudo exploratório. 2004. • Livros de Alfabetização: o que 	Análise do Livro	

SILVA, C.	muda e permanece da tradição escolar. 2004. • Os “Novos” Discursos sobre Alfabetização em Análise: os livros de 1º ano do ensino fundamental de nove anos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2010). 2012.	didático de Alfabetização e PNLD de 2010.	3
-----------	--	---	---

Quadro 1 - Principais Obras e Autores

A partir desse levantamento, observamos que os principais autores utilizados para subsidiar os estudos sobre os LDs de Alfabetização e letramento possuem estudos voltados para questões que cercam a temática do livro didático em diferentes momentos culturais, bem como estudos sobre a Alfabetização, seus métodos e fases.

Os autores e obras em destaque possuem estudos sobre as questões que envolvem a formação do leitor, os métodos de ensino e a didática para os níveis de alfabetização. Já o PNLD é o programa do Governo Federal criado para apontar caminhos para avaliar, adquirir, distribuir e apontar caminhos para que as escolas e os professores realizem uma escolha adequada dos materiais que utilizarão em suas classes.

Vale ressaltar também que, grande parte dos autores, além de pesquisas sobre as temáticas livro didático, alfabetização e letramento e formação do leitor, a grande maioria tem formação em Pedagogia ou Letras, com especialização em educação, como ilustra o quadro a seguir.

AUTOR	FORMAÇÃO
Antônio Augusto Gomes Batista	Graduado em Letra Mestre e Doutor em Educação

Antônio Feliciano de Castilho	Formado em Direito Doutor em Cânones
Ceris Salete Ribas da Silva	Graduada em Serviço Social e Pedagogia Mestre e Doutora em Educação
Esther Pillar Grossi	Graduação, Mestrado e Doutorado em Matemática
Emília Beatriz Maria Ferreiro	Graduada em Psicologia Doutora em Psicolinguística Genética
Magda Becke Soares	Graduada em Letras Doutora em Didática
Maria do Rosário Longo Mortatti	Graduação em Letras Mestre e Doutora em Educação
Marisa Philbert Lajolo	Graduada em Letras Mestre e Doutora em Teoria Literária e Literatura comparada
Marisa Vorraber Costa	Graduada em Filosofia Mestre e Doutora em Educação

Quadro 2 - Formação dos Autores citados

Ao analisarmos a segunda tabela, é possível compreender a grande importância dada aos autores em destaque. Além de trabalhos publicados na área, quase todos têm formação acadêmica e especialização, que lhes dão autoridade para discutir as questões que envolvem temas relacionados à Educação e, mais precisamente, o ensino de língua materna, bem como os recursos que norteiam esse processo de ensino e aprendizagem.

As obras utilizadas nos trabalhos analisados retratam a realidade da distribuição dos materiais didáticos, as políticas que os envolvem, mas também discutem a questão dos métodos de ensino de língua materna, as abordagens relativas a esse ensino, além de apontar caminhos para mudanças nesse processo.

Os estudos realizados por tais autores – gráfico 4 – são bastante relevantes e capazes de subsidiar teoricamente e apontar caminhos para novas discussões que podem enriquecer ainda mais as pesquisas sobre Alfabetização e Letramento e Livro Didático.

4.4. Os levantamentos teóricos das pesquisas

De acordo com o PNLD (2016), a Alfabetização e Letramento, compreendidos como fatores que possibilitam a inserção da criança como sujeito ativo e participante no mundo social e letrado, deve ter como objetivos definidos formar um cidadão pleno dos usos e funções da sua língua materna.

Nesse contexto, são inseridas habilidades como: o desenvolvimento da linguagem oral, a apropriação da escrita como recurso fundamental para a participação ativa das questões sociais e políticas, bem como está inserido nesse contexto também o conhecimento linguístico das variações da língua e dos fatores que envolvem os aspectos políticos de domínio e de uso da linguagem em diversos setores sociais.

Para tanto, os livros escolhidos e aprovados pelo PNLD de 2016 apontam para uma metodologia de ensino e didatização da língua que engloba basicamente dois métodos. O primeiro diz respeito ao método tradicional, que aponta para um ensino mais mecânico, no qual o decorar se faz necessário em alguns momentos para que haja uma posterior aprendizagem.

Sobre o ensino da escrita numa perspectiva tradicional, Ferreiro (2001) declara que

A leitura e a escrita têm sido tradicionalmente consideradas como objeto de uma instrução sistemática, como algo que deva ser "ensinado" e cuja "aprendizagem" suportaria o exercício de uma série de habilidades específicas. [...] Não obstante, nossas pesquisas sobre os processos de *compreensão* da linguagem escrita nos obrigam a abandonar estas duas idéias: as atividades de interpretação e de produção de escrita começam antes da escolarização, como parte da atividade própria da idade pré-escolar; a aprendizagem se insere [embora não se separe dele] em um sistema de concepções previamente elaboradas, e não pode ser reduzido a um conjunto de técnicas perceptivo-motoras (FERREIRO, 2001. P. 42 e 43).

A autora alerta sobre os riscos de reduzir a aprendizagem da leitura e escrita a técnicas de repetição e 'decoreba', pois essas técnicas, além de não considerar experiências pré-escolares vivenciadas pelos educandos, reduzem a atividade de alfabetizar a um processo mecânico e de repetição, podendo, como consequência,

não surtir os efeitos esperados. Ressalta ainda que a aprendizagem da língua não deve ser tratada como uma 'mera' atividade escolar, pelo contrário, deve ser compreendida como um constructo social e cultural que deve ser apreendido e compreendido pelo aluno no processo de aquisição da linguagem, valorizando, portanto, as experiências pré-escolares nesse processo.

O segundo método apontado nas obras escolhidas pelo PNLD de 2016 apontam para um ensino construtivista-reflexivo. Nessa perspectiva de ensino, o aluno torna-se peça-chave na construção e aprendizagem da língua. A aprendizagem deve partir de suas próprias inquietações e curiosidades.

Sobre a autonomia presente nessa metodologia, Freire (1996. p. 66) argumenta que "o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros." Apontando que o aluno precisa ter seu direito de protagonista resguardado no processo de construção do conhecimento. Entretanto, Freire (1996) também alerta para que a liberdade do aluno, no seu processo de construção de conhecimento, não seja usada como pretexto para que o professor deixe de exercer sua autoridade pedagógica e sua função de construir pontes e apontar caminhos.

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que "ele se ponha em seu devido lugar" ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa experiência. (FREIRE, 1996. P. 66)

Diante disso, Freire aponta para o cuidado de assumir uma postura construtivista, não deixando a cargo totalmente do discente o papel de sua aprendizagem, mas, sim, de o professor, num trabalho reflexivo, se fazer presente nesse processo, apontando os caminhos e ajudando o discente na superação dos obstáculos.

Nessa perspectiva, as obras e editoras aprovadas pelo PNLD de Alfabetização e Letramento trazem em si uma perspectiva de trabalho e metodologia

opostas e, portanto, o papel do docente como mediador se faz imprescindível para um trabalho de qualidade.

Nesse sentido, as coleções aprovadas no PNLD 2016 devem organizar-se de forma a garantir que: • os livros destinados aos três primeiros anos sejam voltados para o letramento e a alfabetização iniciais, focalizando e articulando num só processo: a) as práticas de leitura e escrita necessárias tanto ao (re)conhecimento da cultura letrada quanto à compreensão e ao exercício introdutório das funções sociais da escrita; b) o domínio do sistema alfabético e, portanto, a compreensão de sua natureza e de seu funcionamento. (PNLD, 2016)

Ainda diante dessas discussões, o PNLD (2016) ressalta que o processo de democratização e acesso aos códigos da leitura e escrita deve ser responsável ao ponto de qualificar o aluno para exercer de forma autônoma e crítica as habilidades de oralidade, leitura e escrita,

Considerando-se esse quadro geral, é preciso atentar, ainda, para as especificidades de um adequado processo de letramento e alfabetização iniciais, na medida em que ele se constitui como condição *sine qua non* para o acesso qualificado ao mundo da escrita, o desenvolvimento da autonomia nos estudos e o sucesso de todo o ensino-aprendizagem escolar. (PNLD, 2016)

A partir dessas reflexões, passamos a análise do *Corpus* da pesquisa. Cada artigo angariado para apreciação foi analisado por completo e resumido pela pesquisadora. Para a construção dos resumos em questão, valemo-nos da leitura e orientações de Feitosa (1995), no que tange a elaboração de resumos indicativos de obras científicas.

4.4.1. Síntese dos trabalhos selecionados

O corpus desta pesquisa constitui-se de 10 artigos, produzidos no período de 2010 a 2016. Todos os artigos selecionados abordam questões intrínsecas ao processo de alfabetização e letramento nos livros didáticos.

Destacamos a seguir a síntese de cada trabalho analisado:

- **SCIELO**

Compreendendo o período entre 2010 a 2011, a Scientific Eletronic Library (SCIELO) com maior número de trabalhos indexados sobre a temática Livro Didático de Alfabetização e Letramento.

- **Cartilhas de alfabetização: a redescoberta do Código Alfabético:** (OLIVEIRA, 2010).

O autor analisa 19 cartilhas sob a ótica da Ciência Cognitiva da Leitura, aprovadas e distribuídas, em 2010, pelo MEC para as escolas públicas brasileiras. O autor apresenta dois aspectos centrais referentes à alfabetização e letramento (o tratamento das relações fonema/grafema e o desenvolvimento da fluência da leitura), compreendidos pelo MEC como referências para a aprovação das cartilhas e analisa se esses fatores foram cumpridos pelas editoras aprovadas no edital do PNLD de 2010. Como resultado, o autor discute que pouquíssimas obras que foram aprovadas correspondem às exigências da concepção de alfabetização e letramento previstos no edital. Aponta ainda que a maioria dos materiais são denominados construtivistas, mas que existe uma lacuna considerável entre as concepções de alfabetização apresentadas pelas editoras e a realização desses materiais na prática. O autor finaliza o estudo alertando para a importância de atentar-se para os estudos científicos que vêm sendo produzidos no campo da alfabetização e do letramento, sob o risco de a atividade pedagógica na alfabetização perder o sentido.

- **A Atualização dos Primeiros Métodos de Alfabetização em Propostas Contemporâneas:** (TRINDADE; MELLO; SILVA, 2015)

As autoras tecem uma análise sobre os discursos históricos de alfabetização, contextualizando o trabalho a partir da análise de três cartilhas utilizadas entre 1496 e 1896, e um livro didático de Alfabetização e Letramento aprovado pelo PNLD de 2010. O estudo examina os antigos métodos de alfabetização utilizados naquelas cartilhas, a saber: a soletração, a não soletração (análise da palavra falada) e o uso de imagens (rótulos) como recurso metodológico no ensino da escrita. Contrapondo-

os aos métodos contemporâneos de alfabetização e letramento utilizados e abordados pelo livro didático. Ao concluir a análise, as autoras apontam que muitos dos primeiros discursos sobre alfabetização ainda hoje permanecem, porém, sob uma ótica contemporânea de ensino.

- Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em São Paulo: atuação da comissão revisora de 1918: (OLIVEIRA; TREVISAN, 2015)

Os autores realizam uma análise da história política de circulação e controle dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas do estado de São Paulo, no início do século XX. O estudo traça um breve histórico de como se organizou a comissão julgadora dos LDs, bem como as implicações políticas por trás das obras aprovadas e distribuídas. O trabalho tece um quadro das obras que foram submetidas ao comitê avaliativo, apontando os materiais que deveriam permanecer em uso com seus respectivos autores, bem como apontando os que não foram recomendados para o uso. Num total, foram analisadas 100 obras, das quais 38 foram recomendadas e apresentadas à designação de cada uma dessas obras. Os autores destacam ainda que grande parte das obras aprovadas era ligada ao método analítico, que já não era tão bem visto naquele momento. Além disso, é ressaltado que os livros aprovados tinham autoria de professores paulistas e fluminenses partidários do método analítico, apontando para a predominância política presente nas escolhas e aprovação de certas obras.

O livro didático de alfabetização e a formação de leitores: (NEITZEL; CARVALHO; HENRIQUE, 2015)

A partir da análise de cinco livros didáticos aprovados pelo PNLD de 2010, as autoras traçam uma investigativa objetivando averiguar as abordagens do texto literário nos LDs, numa perspectiva da formação de leitores, bem como quais os gêneros mais privilegiados nesse canal. As autoras apontam o LDs como um dos grandes influentes na formação do aluno leitor, pois, segundo elas, por ele (o LD) permanecer por muito tempo acompanhando a trajetória escolar dos discentes, esse

exerce grande influência em sua formação. O trabalho apresenta um quadro representativo dos textos que aparecem nas obras analisadas, destacando que dos cinco materiais estudados apenas dois apresentam explicitamente preocupação com a formação do leitor, as outras obras apresentam o texto literário apenas como suporte para o trabalho de habilidades linguísticas. Por último, as autoras concluem que um ambiente alfabetizador deve favorecer o contato com as diversas manifestações literárias que possam favorecer a formação do leitor crítico, criativo e conhecedor das práticas sociais da leitura.

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Acervos Complementares: vivência das estratégias de leitura na alfabetização: (ALBUQUERQUE; CRUZ, 2015)

As autoras analisam de que forma as obras complementares do PNLD - as obras paradidáticas - oportunizam a formação do aluno leitor. O trabalho aponta que a política nacional de ampliação do Ensino Fundamental possibilitou repensar a formação desse aluno que passa a ingressar no EF com seis anos. Essas mudanças objetivaram a inserção da criança mais cedo em um universo letrado, investindo na formação de professores para a posterior formação de leitores no ambiente escolar. Por fim, as autoras ressaltam a importância de introduzir as obras didáticas nas classes de alfabetização como estratégias que contribuem para a formação do leitor, mas alertam principalmente que, em contrapartida às políticas educacionais implementadas, a capacitação docente deve ser uma questão de extrema importância para o desenvolvimento dessas políticas.

- Abecedários em circulação: entre dicionários, impressos e cartilhas escolares: (STEPHANOU; SOUZA, 2016)

O trabalho realizado pelas autoras apresenta uma investigação histórico-cultural da escrita, a partir do uso de abecedários. De acordo com as autoras, os abecedários remontam às origens da cultura escrita, num âmbito mais social do que escolar,

observando que esses estiveram presentes nos mais variados contextos socioculturais. O trabalho pontua como os abecedários eram apresentados nas cartilhas/manuais escolares entre 1940 a 1949. As autoras apontam também que a construção dos abecedários compreendem questões gramaticais, associando seu uso mais ao ensino da leitura do que da escrita, apresentando-se como um gênero textual distinto. Para tanto, o trabalho aponta que a cultura secular dos abecedários ultrapassa décadas e ainda hoje resiste como suporte para o ensino de leitura e escrita, apresentando-se de forma contextualizada com a atualidade.

- **ENDIPE**

Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (*ENDIPE*).

- Impactos do programa nacional de livros didáticos (PNLD): a qualidade dos livros de alfabetização: (SILVA, C. 2010)

A autora tece uma discussão sobre a qualidade dos livros didáticos de alfabetização distribuídos pelo MEC, através da política do PNLD. Essa distribuição e controle exercidos pelo governo federal sobre as obras didáticas distribuídas e utilizadas nas escolas públicas do país deram-se no sentido de promover condições necessárias para o desenvolvimento da alfabetização, de acordo com os parâmetros considerados satisfatórios pelo MEC. A partir da lei 11.274, de 2006, que estabelece mudanças no Ensino Fundamental para nove anos, consolidando-se em 2010, houve uma redefinição nos critérios de análise e avaliação das obras submetidas ao PNLD de Alfabetização. O estudo evidencia que ao longo dos anos (2001 a 2010) houve um crescente número de editoras inscrevendo suas obras para avaliação do PNLD. Esse movimento, para a autora, representa uma importante e crescente preocupação em produzir obras de qualidade que atendam as demandas de alfabetização e letramento. Entretanto, a partir de 2010, houve uma redução significativa das obras e autores inscritos para avaliação do PNLD, bem como um aumento significativo das obras que obtiveram parecer para renovação favorável. Esse movimento demonstra que houve uma preocupação do MEC em manter uma

homogeneidade em relação às obras aprovadas, exercendo um maior controle dos conhecimentos que chegam às escolas públicas do país.

- Alfabetização e letramento na política de livros didáticos brasileiros: o ensino fundamental de nove anos e os materiais “para além do livro didático”: (SILVA, J. 2010)

O trabalho apresentado por Silva (2010) destaca as políticas de avaliação, aquisição e distribuição dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas brasileiras, a partir da Lei 11.274, de 2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos. A autora traça uma apresentação histórica de como se desenvolveu a política do LD, a partir de 1938, quando tem início a preocupação com as obras didáticas, até o atual cenário concretizado pelas mudanças do EF de 2010. O estudo mostra que até 2004 eram aceitas obras isoladas, mas que a partir desse ano passou-se a aceitar apenas coleções completas para avaliação, visando a garantir a continuidade e progressão no que tange os conteúdos abordados nas obras. A partir de 2010, o PNLD de alfabetização sofre alterações e passa a adquirir livros didáticos de alfabetização na perspectiva do letramento (linguístico e matemático). Ao fim, a autora salienta que o novo EF de nove anos trouxe transformações importantes para o campo educacional e também para o PNLD, que se tornou e vem se solidificando a cada nova edição, numa política pública de Estado que se qualifica cada vez mais, na busca por um processo sério e qualificado.

- **ANPED**

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação.

- Alfabetização e Letramento: Algumas Concepções sob o Olhar de Orientadoras de Estudo do PNAIC (FERREIRA; MACHADO, 2014)

As autoras elaboram uma reflexão sobre as concepções de alfabetização e letramento a partir de registros produzidos por professoras alfabetizadoras em processo de formação continuada, vinculado ao PNAIC. Em seu trabalho, as autoras

ressaltam a importância da capacitação e formação continuada, evidenciando esse processo como imprescindível para professores alfabetizadores, já que dados de avaliações como o “Todos pela Educação”, do ano de 2011, da região Sul, vêm demonstrando e reafirmando a grande deficiência que ainda prevalece no ensino nessa etapa. Para tanto, o trabalho apresentou como objetivo verificar se o curso de formação continuada para professores alfabetizadores, promovido pelo PNAIC, resultaria em melhorias nas avaliações referentes à alfabetização. As professoras participantes da pesquisa evidenciaram que alfabetização compreende a aquisição da tecnologia, da leitura e da escrita; capacidade de ler, escrever, decodificar e interpretar, entre outras concepções. E, dessa forma, definiram - de um modo geral - o letramento como uma capacidade de fazer uso dessas habilidades adquiridas durante a alfabetização, nos diversos contextos sociais de leitura e escrita. Ao final, as autoras concluem que as professoras têm se apropriado de conceitos referentes à alfabetização, atrelados ao letramento, como fatores indissociáveis, e esperam que essa formação possa surtir efeitos positivos em suas atividades docentes.

• Núcleo FALE

Núcleo de Formação de Professores, Alfabetização, Linguagem e Ensino (*Núcleo FALE*): um trabalho encontrado.

- Tratamento dos gêneros textuais em um livro didático de alfabetização:
(NEVES, 2011)

A autora realiza uma análise sobre o tratamento dos gêneros textuais no livro didático de alfabetização, a partir da apreciação da obra “Letramento e Alfabetização Linguística”, de Samira Campedelli. A autora sugere que para atender aos objetivos de alfabetização e letramento, que considera saber usar a tecnologia da leitura e escrita em diferentes contextos sociais, o uso de variados gêneros textuais é imprescindível, pois possibilita a interação com diferentes tipos de textos que circulam na sociedade. Sobre a obra analisada, a autora aponta que a mesma é eficiente ao passo que apresenta, em sua composição, variados textos, entretanto, a obra é falha ao indicar as formas de incorporação desses textos de forma que tornassem significativos os trabalhos com os gêneros. Ressalta, entretanto, que é

papel do professor elaborar as atividades pedagógicas e que os livros didáticos devem ser utilizados apenas como recursos metodológicos, não como guia do processo de ensino. Dessa forma, o educador deve assumir seu papel de mediador no processo de construção do conhecimento, buscando outras fontes, sempre que julgar necessário, para elaborar seu plano de ensino.

A partir da análise do *corpus* da pesquisa, foi possível constatar que os estudos que se ocupam com as questões inerentes ao livro didático de alfabetização e letramento trazem como objeto investigativo várias questões que compõem a concepção de Alfabetização e Letramento. Entretanto, esses estudos se realizam sobre questões que não contemplam a totalidade da concepção do alfabetizar letrando.

Nessa perspectiva, podemos observar que há ainda uma grande lacuna no que tange os processos de Alfabetização e Letramento associados às políticas de avaliação, aquisição e distribuição dos Livros Didáticos de Alfabetização e Letramento.

CONCLUSÃO

São várias as discussões que depreendemos a partir deste trabalho. A principal delas diz respeito à questão do livro didático de alfabetização e letramento que, apesar de se constituir como um material de grande valia nas classes brasileiras, pouco tem se discutido sobre sua qualidade, os conceitos que trazem, bem como sua real eficácia enquanto material pedagógico que tem a função de auxiliar no processo de ensino.

Mensurar a importância da alfabetização e letramento na vida de cada discente não é uma tarefa de fácil conclusão. Entretanto, estudiosos do tema veem na alfabetização e letramento a oportunidade de libertação de um povo oprimido na medida em que se adquirem habilidades para o exercício pleno da cidadania.

Nessa perspectiva, compreender os meandros por que passa o processo de desenvolvimento da alfabetização e letramento e desenvolver medidas para que essa fase se desenvolva de forma plena, possibilitando igual acesso de todos a uma educação de qualidade, é função primordial daqueles que se comprometem com o desenvolvimento de uma nação livre.

Nesse sentido, investigar todas as questões que envolvem essa etapa do ensino é de fundamental importância para compreender as dificuldades que figuram todo o processo, apontando novos caminhos para alcançar melhorias.

No que tange o livro didático de alfabetização e letramento, principal objeto de estudo deste trabalho, este, assim como a alfabetização, não tem ainda uma identidade bem definida. Grande parte das pesquisas realizadas investigam partes desse material, não encontramos trabalhos cuja finalidade central, firmava-se em investigar as concepções epistemológicas que compõem esse material.

O Livro Didático se constitui como um material escolar pedagógico, cuja finalidade está em complementar o trabalho do professor e, ao mesmo tempo, auxiliar os discentes na compreensão dos conteúdos. Seguindo essa linha, livro didático de alfabetização e letramento é um material pedagógico que deve contribuir com o trabalho do professor alfabetizador ao passo que oferece condições para que o discente continue ampliando e aprimorando o conhecimento sobre os usos da linguagem.

No que tange a alfabetização em si, muitos são os autores que se comprometem a discutir o tema, entretanto, apesar dos muitos trabalhos, notamos que ainda há uma indefinição identitária nos processos que envolvem as classes brasileiras. Ora o método empregado privilegia os procedimentos tradicionais de ensino; ora opta-se por metodologias construtivistas, que preconizam a construção do conhecimento a partir da interação com o meio, com os pares e com os objetos de aprendizagem, creditando no aluno o papel central no processo de ensino; ora mesclam-se as metodologias, acreditando que a tradição e a inovação no processo de ensino e aprendizagem devem ser dosadas ao ponto de promover um ensino de qualidade.

Nessa perspectiva, o livro didático contribui ao passo que, enquanto deveria apenas ser um material complementar aos processos desenvolvidos pelos docentes, é o livro didático que tem determinado os conteúdos curriculares, a ordem em que será avançado cada conteúdo programático, bem como a maneira e os métodos mais adequados para o ensino de cada questão.

A partir disso, compreendemos que a história do livro didático é antiga e que ao longo dos anos sua constituição como material importante nas salas de aula foi solidificando-se. E a partir dessa dependência criada pelos professores com esse material, há ainda muito que se discutir sobre a qualidade dos Livros Didáticos que chegam às mãos dos alunos e professores, que farão uso de seus conteúdos e construirão conhecimentos a partir das informações contidas nesse material.

O principal objetivo estabelecido para este trabalho foi o de apresentar o que vem sendo produzido no campo acadêmico sobre o livro didático de alfabetização e letramento, bem como concepções epistemológicas sobre alfabetização e letramento esses estudos têm evidenciado a partir da análise de tais materiais didáticos.

Nessa perspectiva, o *corpus* da pesquisa mostra que a principal temática investigada pelos estudos produzidos sobre o LD de alfabetização e letramento assume a problemática da formação do leitor e de que forma o livro didático contribui para o desenvolvimento dessa habilidade. Outros trabalhos evidenciam a política de distribuição das obras e a qualidade dos materiais que chegam às escolas.

Parte dos trabalhos discute ainda a questão da transição das cartilhas para livros didáticos, apontando o uso e atualização dos antigos métodos de ensino, na tentativa de transformá-los em propostas contemporâneas de alfabetização e

letramento. Sobre a questão das cartilhas, alguns autores ainda discutem a importância de seus métodos para a formação do leitor fluente.

Constatamos, a partir dos trabalhos angariados, e respondendo ao primeiro objetivo específico estabelecido nesta pesquisa, que podemos evidenciar que há muitas discussões acerca do livro didático de alfabetização e letramento, a formação do aluno leitor, os métodos de ensino, as políticas de distribuição das obras. Entretanto, não foram encontradas pesquisas cujo objetivo estabelecido fosse um estudo mais profundo e analítico para apresentar que concepções epistemológicas esses materiais trazem e perpetuam pelas classes que os recebem.

Retomando os objetivos específicos estabelecidos durante o trabalho, evidenciamos que os autores mais utilizados como referências para as construções teóricas dos trabalhos analisados (BATISTA, A. CASTILHO, A. COSTA, M. FERREIRO, E. GROSSI, M. LAJOLO, M. MORTATTI, M. SILVA, C. SOARES, M.), são autoridades nas discussões sobre livro didático e alfabetização e letramento, possuindo formação e pesquisas que os permitem falar com domínio sobre as questões que envolvem os objetos de estudo deste trabalho.

Ao analisarmos as obras que compõem o *corpus* da pesquisa, ressaltamos que os dados levantados nos estudos observados são de grande importância para o campo da alfabetização e letramento e do livro didático, entretanto, reafirmamos a necessidade de investir em estudos que se comprometam com uma análise mais aprofundada do tema, tecendo consideração a respeito dos conhecimentos, das metodologias, das concepções epistemológicas que envolvem o livro didático de alfabetização e letramento.

Buscamos, portanto, responder de que forma os estudos produzidos nos âmbitos acadêmicos têm apresentado as concepções epistemológicas sobre alfabetização e letramento nos livros didáticos. A partir da definição dessa problemática, procuramos compreender e analisar as grandes lacunas que ainda prevalecem no campo da alfabetização, gerando índices que mostram a ineficácia do ensino.

Diante disso, a partir dos dados coletados na pesquisa, bem como das reflexões feitas, confirmamos nossa hipótese. Muitas são as pesquisas que abrangem as questões que envolvem o livro didático, entretanto, no que tange aos materiais de alfabetização e letramento, poucos são os estudos que se comprometem com o tema. E, mesmo os estudos que têm como enfoque os livros

didáticos de alfabetização e letramento, entre os trabalhos filtrados, não houve estudos que refletissem profundamente sobre as questões de concepção de alfabetização e letramento.

Diante disso, percebemos que - assim como para cada época os significados e concepções de alfabetização e letramento, assim como de livro didático, sofreram mudanças e se ressignificaram a partir das transformações ocorridas em cada período histórico e social - o que presenciamos atualmente é a ressignificação do campo da alfabetização e letramento, e os livros didáticos enquanto materiais imprescindíveis nas salas de aula por seu papel fundamental nessa caminhada.

Nesse sentido, o livro didático de alfabetização e letramento - por ser instrumento de propagação da cultura escolar, e material destinado ao desenvolvimento das habilidades letradas que deverão proporcionar o exercício da cidadania - precisa ser analisado mais a fundo, a fim de que seja compreendido quais são suas reais contribuições no alcance de uma alfabetização plena, bem como qual o papel desses materiais nos baixos índices de desenvolvimento da alfabetização brasileira.

REFERÊNCIAS

APPLE, M.W. Cultura e comércio do livro didático. In: **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.81-105.

BATISTA, A. A. G. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Português**. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2010: Letramento e Alfabetização/Língua Portuguesa**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2013: Letramento e Alfabetização/Língua Portuguesa**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2016: Alfabetização e Letramento e Língua Portuguesa: ensino fundamental anos iniciais**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Histórico do Livro Didático. Disponível em: <www.fnde.gov.br> Acesso em: 15/ 12/ 2016.

_____. Ministério da Educação. **PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**. Documento orientador das ações de formação em 2014. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2014. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/documento_orientador_2014.pdf> Acesso em: 20/08/2017.

_____. Ministério da Educação. **PNAIC EM AÇÃO 2016**: Documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2016. – Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2016. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/documento_orientador_2016.pdf> Acesso em 20/08/2017.

_____. Ministério da Educação. PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. **Histórico do PNAIC**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/historico-pnaic>> Acesso em: 20/08/2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>> Acesso em: 20/08/2017.

_____. DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial, Brasília, DF, 18 julho de 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00009099&seq_ato=000&vlr_ano=2017&sgl_orgao=NI> Acesso em: 05/12/2017.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Wanderley Ferreira da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

CRISÓSTOMO, M. T. **O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA**: usos e contribuições para o ensino. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/ RJ, 2013

EMMEL, R.; ARAÚJO, M. C. P. de. **A PESQUISA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: CONTEXTO, CARACTERIZAÇÃO E REFERENCIAIS DE ANÁLISE NO PERÍODO 1999-2010**. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

FEITOSA, V. C. **Redação de Textos Científicos**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

FERRAREZI Jr., C. **Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna**. 1ª. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Política e Educação**. – 5º ed. – São Paulo: Cortez, 2001.- (Coleção questões da nossa época; v. 23).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução de: OLIVEIRA, L. L. de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRADE, I. C. A. da S.; VAL, M. da G. C.; BREGUNCI, M. da G. de C. (orgs), **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/livro-didatico-de-alfabetizacao>> Acesso em: 04/01/2018.

LAJOLO, M. **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Em Aberto, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br:81/folio.cgi/aberto69>> Acesso em: 09/12/2016.

LUQUETTI, E. C. F.; CASTELANO, K. L.; CRISÓSTOMO, M. T. **A educação linguística na formação do professor: uma reflexão necessária.** In: MOURA, S. A.; NASCIMENTO, G. (Org.) **Formação de professores: histórias, experiências e proposições.** Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2013.

MINAYO, M. C. S. e SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 1993.

MORTATTI, M. do R. L. **Os sentidos da alfabetização:** São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **Seminário Alfabetização e Letramento em Debate.** Disponível em www.mec.gov.br, maio de 2006.

_____. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados.** Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>> Acesso em: 11/12/2017.

_____. Manuais para ensinar a ensinar leitura e escrita (1940-1950) na história da alfabetização no Brasil. In: MORTATTI, M. do R.; FRADE, I. C. A. da S. (Org). – São Paulo: Editora Unesp Marília: Oficina Universitária, 2014.

PEREIRA, C. J. T. **A Formação do Professor Alfabetizador: desafios e possibilidades na construção da prática docente.** Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2012.

O PLANEJAMENTO DE UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA. Disponível em: <<http://www.poscivil.uff.br/pagina/o-planejamento-de-uma-pesquisa-bibliometrica>> Acesso em: 10/03/2017.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIRES, M.; LIMA D.; FERREIRA, L. **Alfabetização, Professor Alfabetizador e Prática Pedagógica**. Revista de divulgação científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 06. Nº 13 – 2º semestre: Letra Magna, 2010.

ROMANATTO, Mauro Carlos. **O Livro Didático: alcances e limites**. Disponível em http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc.

Acesso em: 15/12/2016.

SILVA, C. V. do A e. **O livro didático de alfabetização: o manual do professor e sua relação com o fazer pedagógico referente ao ensino da leitura e escrita**. – Recife: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2010/2012.

SILVA, J. C. da. Alfabetização e letramento na política de livros didáticos brasileiros: o ensino fundamental de nove anos e os materiais “para além do livro didático”. In: FRADE, I. C. A. da S. (org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_1.pdf> Acesso em: 10/09/2017.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: Uma perspectiva social**. São Paulo: Ática 1985.

_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, nº 25, jan./fev./mar./abr., 2004, p. 5-17.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS DO CORPUS DA PESQUISA

ALBUQUERQUE¹, R. K. de; CRUZ, M. S.. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - Acervos Complementares: vivência das estratégias de leitura na alfabetização.** *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2015, vol.96, n.243, pp.439-456. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812015000200439&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 04/09/2017.

FERREIRA, C. R. G.; MACHADO, R. T. S. **Alfabetização e Letramento: Algumas Concepções sob o Olhar de Orientadoras de Estudo do PNAIC.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg_pdf/1669-0.pdf> Acesso em: 10/09/2017.

NEITZEL, A. de A.; CARVALHO, C.; HENRIQUE, F. **O LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE LEITORES.** *Educ. rev.* [online]. 2015, vol.31, n.3, pp.169-194. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000300169&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 04/09/2017.

NEVES, L. F. **Tratamento dos gêneros textuais em um livro didático de alfabetização.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2011/11/Neves.pdf>> Acesso em: 10/09/2017.

OLIVEIRA, F. R. de; TREVISAN, T. A. **Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em São Paulo: atuação da comissão revisora de 1918.** *Hist. Educ.* [online]. 2015, vol.19, n.45, pp.103-125. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000100103&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 04/09/2017.

SILVA, C. S. R. da. Impactos do programa nacional de livros didáticos (PNLD): a qualidade dos livros de alfabetização. *In:* FRADE, I. C. A. da S. (org).

Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_1.pdf> Acesso em: 10/09/2017.

SILVA, J. C. da. Alfabetização e letramento na política de livros didáticos brasileiros: o ensino fundamental de nove anos e os materiais “para além do livro didático”. In: FRADE, I. C. A. da S. (org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/endipe/livros/Livro_1.pdf> Acesso em: 10/09/2017.

STEPHANOU, M.; SOUZA, M. V. P.. **ABECEDÁRIOS EM CIRCULAÇÃO: ENTRE DICIONÁRIOS, IMPRESSOS E CARTILHAS ESCOLARES.** *Hist. Educ.* [online]. 2016, vol.20, n.50, pp.297-325. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592016000300297&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 10/09/2017.

TRINDADE, I. M. F.; MELLO, D. T. de.; SILVA, T. da. **A Atualização dos Primeiros Métodos de Alfabetização em Propostas Contemporâneas.** *Educ. Real.* [online]. 2015, vol.40, n.3, pp.829-857. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362015000300829&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 04/09/2017.

ANEXOS